

Grande Imprensa

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Temos de cuidar dos professores](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Fantasmas do ensino](#)

[Ideologia pura](#)

[Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas](#)

[Última etapa da Fuvest tem prova trabalhosa e mais analítica, dizem professores](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[A culpa é da janela ou da paisagem?](#)

Imprensa Estadual

**MEIO NORTE - PI**

[Aberta seleção para curso de Física e pós-graduação.](#)

Agências de notícias e sites

**CORREIO WEB**

[Capes nega que haverá critérios ideológicos na concessão de bolsas de pós-graduação no exterior](#)

**FAPEG**

[Professores da educação básica farão mestrado na Irlanda](#)

**AGÊNCIA ESTADO**

[General vai compor equipe do alto escalão do MEC](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[Escolas de elite divulgam nota crítica ao ministro da educação](#)

**EU, ESTUDANTE**

[Senac EAD oferece curso sobre o uso de redes sociais](#)

**G1**

[Sisu oferece mais de 1 mil vagas para cursos no Centro-Oeste de MG](#)

**METRÓPOLIS**

[General vai compor equipe do alto escalão do Ministério da Educação](#)

**PORTAL EXAME**

[Ministro da Educação é criticado por grupo de escolas de elite](#)

**PORTAL ISTOÉ**

[Grupo de escolas de elite divulga carta com críticas ao ministro da Educação](#)

**TERRA**

[Sistema Fiep lança curso de qualificação em parceria com a empresa chinesa Huawei](#)

[General vai compor equipe do alto escalão do MEC](#)

**UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Grupo de escolas de elite divulga carta com críticas ao ministro da Educação](#)

Agências de notícias e sites

**CATRACA LIVRE**

[Diretor do MEC elogiado por Bolsonaro defendeu queima de livros](#)

**ECO AGÊNCIA**

[Presidente do Ibama antecipa saída após acusações em rede social](#)

**JORNAL DE BLUMENAL**

[UFSC Blumenau terá mestrado em Nanociência, Processos e Materiais Avançados](#)

**NE 10**

[Pós-doutorado: Fiocruz PE abre seleção para estágio em Biotecnologia e Biotecnologia pela Capes](#)

## **PCI CONCURSOS**

[IFC abre inscrições para Processo Seletivo](#)

## **REPÓRTER DIÁRIO**

[Fundação Santo André prorroga inscrições de concurso público para professores](#)

## **VOZ DA BAHIA**

[Secretaria da Educação do Estado ofertará mais de 2 mil vagas para formação de professores em 2019](#)

## **AGÊNCIA FOLHA**

[Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas](#)

## **G1**

[Ensino a Distância: saiba quais critérios devem ser avaliados na escolha de curso](#)

## **UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

[Sem mágica: derrotando os gigantes que atrapalham a Educação](#)

[Só reforma da Previdência não será suficiente, diz economista da OCDE](#)

Grande Imprensa

## **O GLOBO - RJ**

[DESPETIZAÇÃO \(06/01\)](#)

Imprensa Estadual

## **O LIBERAL - PA**

[Esconderijo petista](#)

[Pará tem que melhorar na educação](#)

## **O POVO - CE**

[Mudança de Rumos](#)

Agências de notícias e sites

## **CAFEICULTURA**

[Com possível fusão, curso de mestrado do Iapar também pode ser extinto](#)

## **CORREIO WEB**

[Novo presidente da Caixa, Pedro Guimarães quer reverter dívida do banco](#)

## **REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA**

[Projeto de estudantes de Santa Catarina será testado pela Agência Espacial dos EUA](#)

[Reitor do ITA, Anderson Ribeiro Correia será o presidente da CAPES](#)

[Regulamento estabelece normas para concessão de bolsas e auxílios no exterior](#)

## **AGÊNCIA FOLHA**

[Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas](#)

[Entenda as polêmicas sobre Escola sem Partido e gênero na educação](#)

## **BRASIL247**

[COM BOLSONARO, MEC TERÁ CRITÉRIO IDEOLÓGICO PARA CONCEDER](#)

[BOLSAS DE ESTUDO](#)

[TEIXEIRA CRÍTICA “PERSEGUIÇÃO POLÍTICA INADMISSÍVEL”](#)

## **CARTA CAMPINAS**

[Governo Bolsonaro quer cortar bolsas de pós-graduação de pesquisadores com pensamento crítico](#)

## **DCM**

[Governo Bolsonaro propõe retrocessos inaceitáveis na educação. Por Aloizio](#)

[Mercadante](#)

## **G1**

[Como escolher a faculdade certa para estudar?](#)

[Processo seletivo do Ifap oferta 600 vagas para 15 cursos de ensino superior pelo Sisu](#)

## **O ANTAGONISTA**

[Ministro da Educação cria Secretaria da Alfabetização](#)

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES**

### **Temos de cuidar dos professores**

ENTREVISTA RAFAEL PARENTE, SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

O novo secretário de Educação, Rafael Parente, não se esquivou de polêmicas em entrevista ao CB. Poder — parceria do Correio com a TV Brasília. Destacando que cumprirá as promessas de campanha do governador Ibaneis Rocha, Parente afirmou que sua gestão combaterá temas como a ideologia de gênero e a doutrinação escolar. Além disso, ele também adiantou algumas mudanças pensadas pela secretaria para melhorar os índices educacionais, como planejamentos que vão desde novas arquiteturas nas escolas até possíveis avaliações das famílias dos alunos.

Do ponto de vista de infraestrutura, falta cerca de um mês para os alunos voltarem às salas de aula. O governador Ibaneis destacou um orçamento para as reformas?

Sim. Existe um plano de 200 escolas prioritárias, que estão com estado mais complicado. São também duas escolas em que não há mais alunos nem professores trabalhando, e existem escolas em que estamos avaliando se vão precisar retirar os alunos, e alugar um prédio e receber os estudantes e profissionais, ou não.

No relatório de transição, tem um dado alarmante que se trata de violência nas escolas, sobre como os alunos tratam seus professores. Existe alguma política para mudar esse cenário?

Com certeza. Existe uma série de medidas para que a gente não ature mais isso. Não pode existir mais qualquer tipo de agressão física, psicológica ou verbal. Temos ações relacionadas, à formação (do aluno), mas também uma parceria com a Polícia Militar. É uma orientação do governador, inclusive que nós façamos um piloto com escolas militares no DF. Mas vamos buscar também medidas relacionadas a arte, cultura e esportes. Alguns alunos estão esperando por atenção e por alguém que dê limites e os ajude a organizar as ideias.

Você falou em escolas militares. Em uma entrevista concedida por Ibaneis ao Correio, ele falou da intenção de abrir novas escolas militares. Como é esse plano?

Estamos avaliando ainda e estamos conversando com escolas da PM e dos Bombeiros. Ainda não temos muitos detalhes para dar, mas é certo que vamos começar essa experiência esse ano. Não sei se serão novas escolas ou se vamos oferecer às gestões das escolas a oportunidade de transformação em escolas militares.

Sobre a necessidade de fortalecer as parcerias, você acha que um mau resultado do ensino público hoje, além da falta de gestão, tem relação com falta de participação dos pais, da família?

Com certeza. Precisamos responsabilizar a sociedade pela parte que eles não fazem. Sabemos que a educação é resultado do trabalho não só da escola, mas da família também. Quando só um faz seu trabalho, a educação não fica completa. Não adianta fazer um trabalho ótimo na escola se a família não fizer seu papel. Inclusive estamos estudando formas de responsabilizar a família e fazer essa cobrança quando ela estiver ausente.

Na semana da posse, surgiu reação à escolha do seu nome para a secretaria,

especialmente de setores da bancada evangélica que se colocaram contra o seu nome porque o senhor seria “a favor da ideologia de gênero”. Ao que o senhor atribui isso? Tem uma série de razões, mas quero tranquilizar as pessoas. Estou tendo uma relação boa com parlamentares da base cristã, inclusive com líderes religiosos também, evangélicos da nossa cidade. Em primeiro lugar, eu compreendo que existe um medo, que as pessoas têm crenças e não querem ver algumas coisas acontecendo dentro das escolas. Mas, quando eu aceitei o convite do governador, aceitei implementar 100% das promessas dele durante a campanha. Uma dessas é a promessa de não dar espaço à ideologia de gênero, e isso vai ser cumprido integralmente. Outra questão é a de doutrinação. Eu tenho uma ótima relação com o deputado (Rodrigo) Delmasso, a gente conversou sobre isso e existem ações que nós estamos pensando e planejando para combater a doutrinação dentro das escolas.

Como estão as articulações com os servidores?

Eu me coloquei à completa disponibilização deles pelas redes sociais. Recebo centenas de mensagens por dia e gasto um bom tempo com isso. Isso é importante porque vêm muitas informações das redes, queixas e boas sugestões, inclusive. Essa predisposição em dialogar, em ouvir, é uma mudança que estamos fazendo. Nós fizemos também, durante uma semana, visitas em 14 regiões para que eu pudesse apresentar minha visão e para que pudessemos começar a fazer a seleção dos coordenadores regionais. Conheci todos os diretores de todas as escolas. A receptividade foi excepcional.

Nas redes sociais, todo mundo quer saber sobre concursos públicos, nomeações e reajustes de salários.

Sobre nomeações, expliquei que a primeira coisa que acontece é estudo da demanda.

Precisamos

olhar para as escolas, saber quem saiu, de quantos profissionais a mais a gente precisa, o que falta. Depois desse estudo, existe avaliação do impacto econômico, quanto vamos precisar para os chamados. Em seguida nós fazemos pedido para a Secretaria de Fazenda, que vai fazer outra avaliação dentro dos recursos disponíveis.

Um dos maiores problemas dos professores é a saúde. Como melhorar a saúde de uma categoria tão vulnerável, reduzindo número de atestados e reduzindo o deficit na sala de aula?

A primeira coisa é cuidar dos professores, que é a melhor forma de cuidar do nosso futuro. A educação que cria um futuro melhor para nossa sociedade e não se faz uma boa educação sem profissionais bem cuidados. Aí vem a valorização de diferentes formas. A valorização salarial também, mas principalmente uma valorização implícita, de ouvir as pessoas, saber quem está fazendo um bom trabalho, dar colo e dar carinho. Acolher esses profissionais da educação. Muitos querem fazer um bom trabalho e não conseguem. Temos que ter boas políticas de formação continuada, mas também falando com eles e sobre a saúde, também. Fazendo um balanço entre vida pessoal e profissional, enfim, existem diversas formas que estamos pensando.

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL**

### **Fantasmas do ensino**

#### **Ministro escolhe auxiliares sem experiência de gestão e dá ênfase ao revanchismo ideológico**

O MEC é uma estrutura gigantesca, que abriga mais de 40% dos servidores civis do Executivo federal. Tem pela frente enormes desafios na regulação e no financiamento

do ensino público, num cenário de severa restrição orçamentária.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/01/fantasma-do-ensino.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER**

### **Ideologia pura**

#### **O foco na ideologia é um jeito de manter e expandir o próprio poder**

O Ministério da Educação, que deveria estar no centro de prioridades de qualquer líder preocupado com o Brasil, foi entregue a um intelectual de direita (Ricardo Vélez Rodríguez) sem qualquer experiência de gestão e sem a menor ideia dos entraves do ensino público brasileiro e como resolvê-los.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/joel-pinheiro-da-fonseca/2019/01/ideologia-pura.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

### **Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas Segundo o Datafolha, 71% são a favor de falar de assuntos políticos em sala de aula**

Brasília

Para a maior parte da população, educação sexual e assuntos políticos devem ser temas tratados nas salas de aulas do país, segundo pesquisa Datafolha. A abordagem desses dois assuntos nas escolas tem sido alvo de ataque nos últimos anos por parte de grupos conservadores e religiosos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/maioria-no-pais-defende-educacao-sexual-e-discussao-sobre-politica-nas-escolas.shtml>

topo ↕

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO**

### **Última etapa da Fuvest tem prova trabalhosa e mais analítica, dizem professores Candidatos responderam 12 questões de até quatro disciplinas na prova final**

Os candidatos que participaram do segundo dia de provas da segunda fase da Fuvest encontraram uma prova trabalhosa e analítica, nesta segunda (7). De acordo com especialistas ouvidos pela Folha, com a redução de três para dois dias de avaliações no vestibular 2019 da USP, a fundação aumentou a exigência na prova do segundo e último dia.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/01/segunda-fase-da-fuvest-tem-prova-trabalhosa-e-mais-analitica-dizem-professores.shtml>

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL**

### **A culpa é da janela ou da paisagem?**

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, criticou a regra do Sistema de Seleção Unificada do Ministério da Educação (Sisu) que permite ao estudante se candidatar a vaga em universidade longe de onde ele mora. Ela conseguiu

tornar polêmico um dos programas de maior sucesso do MEC. Damares acha que o afastamento da família é prejudicial ao jovem universitário.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6054029/culpa-e-da-janela-ou-da-paisagem>

topo ↕

## MEIO NORTE - PI - EDUCAÇÃO

**Aberta seleção para curso de Física e pós-graduação.**

**Estão sendo disponibilizadas 300 vagas para os cursos de pós.**

Já encontram-se abertas as inscrições do processo de seleção simplificada para o curso de Licenciatura em Física, na modalidade a distância, pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). O Instituto Federal do Piauí (IFPI) é a instituição ofertante e a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) é parceira no programa que leva o ensino superior a 50 polos nos municípios piauienses.

Em 2019, a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** disponibilizou 3.600 vagas para os polos do Piauí, nos cursos de História, Espanhol, Ciências Contábeis, Matemática, Administração Pública, Inglês, Física, Português, Geografia, Turismo e Ciências da Natureza, que também está com inscrições abertas. O superintendente de Ensino Superior da Seduc, Ellen Gera, observa que da totalidade de polos da UAB do Estado, 37 são de responsabilidade da Seduc, que é mantenedora da estrutura física, tecnológica e de gestão de coordenação.

"O ensino superior na modalidade a distância cresceu muito na gestão do governador Wellington Dias. Além da UAPI, mantida exclusivamente com recursos do Governo do Estado, temos a UAB, que terá mais quatro polos em 2019 conseguidos com muito esforço. Para o novo curso de Licenciatura em Física as inscrições já estão abertas ofertando 175 vagas. O curso de Física é essencial para o desenvolvimento do ensino tecnológico e científico do Piauí", relata o superintendente.

Os novos polos foram autorizados pela **CAPES** nos municípios de Altos, Avelino Lopes, Fronteiras e José de Freitas. Já as turmas de Física estão sendo disponibilizadas nos municípios de Campo Maior, Buriti dos Lopes, Floriano, Monsenhor Gil e Valença. As inscrições acontecem até o dia 31 de janeiro. O curso de Ciências da Natureza oferta 263 vagas nos polos de Campo Maior, Barras, Cocal, Angical, Paulistana, Pedro II e Parnaíba. As inscrições vão até 10 de janeiro.

O secretário de Estado da Educação, Hélder Jacobina, explica essa é mais uma conquista importante para expansão do ensino superior público no Estado. "Nessa gestão, já levamos cursos técnicos para todos municípios e levaremos ensino superior também a todos, quando teremos o ciclo completo da educação em todos os municípios do Piauí. Esse é um grande feito e acredito que seremos o único estado do Brasil a ter Ensino Infantil, Fundamental, Médio, Técnico e Superior próximo de todos", completa o secretário.

Também encontram-se abertas as inscrições para o processo de seleção simplificada de estudantes para cursos superiores de pós-graduação lato sensu em Educação Especial Inclusiva e Ensino de Ciências. As inscrições vão até 10 de janeiro e estão sendo disponibilizadas 300 vagas nos municípios de Angical, Parnaíba, Pedro II, Paulistana, São Raimundo Nonato, Barras e Cocal.

topo ↕

## **CORREIO WEB - TEMPO REAL**

### **Capes nega que haverá critérios ideológicos na concessão de bolsas de pós-graduação no exterior**

#### **A informação tinha sido divulgada por um colunista, mas foi refutada**

Em coluna publicada no último domingo (6), o jornal O Globo informou que a nova gestão do Ministério da Educação (MEC) estuda aplicar critérios ideológicos nos processos seletivos para concessão de bolsas de pós-graduação no exterior. De acordo com o veículo impresso, o critério ideológico seria “eliminatório”. Esse parâmetro poderia ser usado, inclusive, para interromper bolsas já concedidas.

A assessoria de imprensa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, responsável por bolsas de pós-graduação, disse que a informação divulgada na coluna “não procede” e negou que haja qualquer tipo de plano para implementação de padrões ideológicos.

Em nota, a pasta explicou que “os critérios de seleção para bolsas no exterior são públicos e amplamente divulgados de acordo com os editais e regulamentos” e afirmou que “a **Capes** prima pelo mérito acadêmico e científico, sempre pautado pela qualidade e relevância das propostas.”

O regulamento para concessão de bolsas no exterior foi atualizado pela Portaria 289, publicada no Diário Oficial da União em 2 de janeiro de 2019. Uma das alterações foi no sentido de baixar a idade mínima para receber uma bolsa no exterior, de 21 anos para 18 anos.

#### **Nova gestão no MEC**

Contatada pela reportagem, a assessoria de imprensa do MEC orientou que o assunto fosse tratado diretamente com a **Capes**. O novo ministro da Educação é o colombiano naturalizado brasileiro Ricardo Vélez Rodríguez.

Ele já deu declarações polêmicas, ao afirmar, por exemplo, que combaterá o “marxismo cultural” durante sua gestão — seguindo a mesma linha do presidente da República, Jair Bolsonaro, que afirmou que lutará contra o “lixo marxista” nas escolas.

topo ↕

## **FAPEG - NOTÍCIAS**

### **Professores da educação básica farão mestrado na Irlanda**

Até 90 professores da educação básica receberão bolsa da **CAPES** para fazer mestrado profissional em um dos maiores centros de formação de docentes da Irlanda. A iniciativa é parte do Programa de Desenvolvimento Continuado (CPB), parceria entre a **CAPES** e o Mary Immaculate College.

Conforme acordo firmado entre as duas instituições, a faculdade irlandesa oferecerá um curso de mestrado profissional de um ano na área de Mentoria e Liderança em Educação. Como preparação, o programa inclui uma imersão de aperfeiçoamento em língua inglesa. O mestrado terá módulos sobre orientação, liderança escolar e perspectivas globais sobre educação. Haverá três processos seletivos, e o primeiro será lançado nos próximos meses. Os próximos ocorrerão em 2020 e 2021.

A ideia do acordo surgiu com a entrega do Prêmio Professores do Brasil, que aproximou as duas instituições. Em 2018, os agraciados participaram de uma visita técnica organizada pela instituição irlandesa. O encontro envolveu palestras do corpo docente da MIC, visitas a escolas, reuniões com professores e diretores e participação em uma conferência sobre ensino de segunda língua. O itinerário incluiu visitas a locais culturais e excursões educacionais a Belfast e Dublin.

Fonte: CCS/Capes

topo ↕

## **AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL**

### **General vai compor equipe do alto escalão do MEC**

#### **Francisco Mamede de Brito Filho deve ocupar a chefia de gabinete do Inep, autarquia responsável pelo Enem**

Mais um nome ligado aos militares vai compor o alto escalão do Ministério da Educação (MEC). O general Francisco Mamede de Brito Filho, da reserva ativa do Exército e que já atuou como chefe do Estado Maior do Comando Militar do Nordeste, deve ocupar a chefia de gabinete do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

É o segundo cargo mais alto da autarquia, que é responsável, entre outras atividades, pela elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A presidência do Inep será ocupada pelo engenheiro Marcus Vinicius Rodrigues, que também foi indicado pelo grupo militar. As nomeações ainda não foram publicadas no Diário Oficial da União, mas a expectativa é de que saiam ainda nesta semana.

A forte presença do grupo de militares, segundo pessoas que acompanham as tratativas para as indicações na Educação, é um reflexo da dificuldade do ministro Ricardo Vélez Rodrigues em apresentar opções para os cargos. O colombiano não tem experiência em gestão educacional.

Brito Filho é graduado em Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras e doutorado em Estudos Superiores de Defesa no Colégio de Guerra do Exército da França. Tem experiência na área de Defesa, atuando principalmente nos temas de planejamento estratégico, assuntos civis e cooperação civil.

O general serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Brasília, entre os anos 2008 e 2009, durante o governo Lula. Também foi designado a comandar o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012, e comandou a Força de Pacificação no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, em 2014.

topo ↕

## **AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL**

### **Escolas de elite divulgam nota crítica ao ministro da educação**

#### **Instituições afirmam que ministro está desviando foco de problemas reais para combater ideologias de esquerda**

RIO- Escolas de alto padrão de três estados divulgaram uma carta com duras críticas ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. No documento, publicado na internet na semana passada, as instituições, que seguem uma filosofia construtivista, acusam o governo de tirar o foco de problemas graves da educação brasileira e colocar como prioridade o combate a ideologias de esquerda, o que, para elas, prejudica o

aprimoramento do sistema educacional.

" Não concordamos que – num país em que muitos alunos não chegam a aprender a ler – se tenha como meta principal vigiar professores e criar Conselhos de Ética, nas escolas, para “zelarem pela “reta” educação moral dos alunos”. Excelência, escola é lugar de falar de alfabetização, comunicação, pensamento lógico, científico, humanidades, moral, tudo o que fundamenta o acervo cultural da humanidade", diz um trecho da carta.

O documento é assinado pelo grupo "Critique", que reúne quatro escolas de elite: Escola Parque, no Rio de Janeiro; Escola Balão Vermelho/Colégio Mangabeiras Parque, em Belo Horizonte; Escola da Vila e Escola Viva, ambas em São Paulo.

As escolas citam um texto chamado "Um roteiro para o MEC", escrito pelo ministro para seu blog pessoal, no qual ele fala sobre uma estrutura armada para desmontar valores tradicionais da sociedade. As instituições rebatem dizendo que o que existe é falha na aprendizagem e destacam: "os professores não necessitam de vigilância, mas de formação e de valorização".

O texto rebate ainda o projeto Escola Sem Partido, colocado pelo ministro como uma prioridade, e critica a postura de Vêlez em relação ao Enem. Segundo o ministro, o Exame deve avaliar "realmente os conhecimentos" e nada mais.

" Não consideramos que conhecimentos são conteúdos memorizados e descontextualizados. Quanto ao receio de o aluno de ser reprovado deve-se à má qualidade da educação escolar e não a intenções perversas de quem corrige as provas", diz a carta.

O grupo finaliza dizendo que, até o momento, a postura do ministro "deixa a desejar" e pede que o gestor do MEC tenha um plano que prepare de fato os estudantes brasileiros para os desafios futuros.

[topo](#)

## **EU, ESTUDANTE - ÚLTIMAS NOTÍCIAS**

### **Senac EAD oferece curso sobre o uso de redes sociais**

#### **O curso on-line orienta profissionais a como usar as redes sociais como ferramentas de marketing**

Eu, Estudante

O Senac EAD lança o curso Redes sociais como ferramenta de marketing para atender os profissionais que desejam ingressar nesse nicho e utilizar esses canais para divulgar produtos e serviços. Com carga horária de 20h, essa nova opção de formação inicial é voltada para profissionais de diferentes áreas de atuação, além de pequenos empreendedores que queiram aprender os principais conceitos de divulgação de marcas.

Pixelcult O investimento no curso é R\$ 82,30 que pode ser dividido em até 3 vezes

O curso prepara o aluno para realizar ações de promoção de produtos e serviços por meio desses canais e orienta sobre as boas práticas para gerar relacionamento e engajamento com seus clientes. Para se inscrever nesta nova opção Ferramentas de Marketing Digital e Marketing nas Redes Sociais ou conferir a lista completa de cursos no Portal Senac EAD. O investimento no curso é R\$ 82,30 que pode ser dividido em até

3 vezes de R\$ 27,43 no cartão de crédito ou à vista no boleto ou cartão.

## Sobre o Senac EAD

Com mais de 70 anos de atuação em educação profissional, o Senac foi pioneiro no ensino a distância no Brasil. A primeira experiência nessa modalidade ocorreu em 1947 com a Universidade do Ar, em parceria com o Sesc, que ministrava cursos por meio do rádio. A partir de 2013, com o lançamento da rede Senac EAD, a instituição ampliou a sua atuação em todo o país.

Hoje, oferece um amplo portfólio de cursos livres, técnicos, de graduação, pós-graduação e extensão universitária a distância, atendendo todo o país e apoiados por mais de 330 polos presenciais para avaliações de cursos de pós-graduação e 290 para graduação. Acesse a programação completa de cursos do Senac EAD no site. Há também uma programação diversificada de cursos presenciais que pode ser conferida na página eletrônica.

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

### **Sisu oferece mais de 1 mil vagas para cursos no Centro-Oeste de MG**

**Vagas são para oito cidades e dez instituições. Em todo o estado, são 5.976 vagas.**

A edição do primeiro semestre de 2019 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) oferecerá 1.112 vagas em dez instituições de ensino superior do Centro-Oeste de Minas. Em todo o Estado, serão 5.976 vagas, segundo o Ministério da Educação (MEC).

O Sisu foi criado pelo MEC e serve como um vestibular centralizado para universidades públicas, usando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) como base para a aprovação dos candidatos.

Nenhuma instituição de ensino superior do Centro-Oeste de MG atinge nota máxima em avaliação do MEC

Disciplina Felicidade será lecionada em cursos de graduação da UFSJ em Divinópolis

Em todo o Brasil, serão 235.476 vagas oferecidas. O número é 1,7% menor ao registrado no primeiro semestre de 2018, quando 239.601 vagas foram oferecidas. Desde a criação do sistema, em 2010, foi a primeira vez que o Sisu teve quedas no total de vagas oferecidas.

Confira, abaixo, a lista dos cursos e a quantidade de vagas ofertadas na região, divididas por cidade e instituição:

### Abaeté

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Curso Vagas

Administração 15

Ciências Contábeis 15

Serviço Social 12

Fonte: MEC

### Arcos

# CLIPPING



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG)

Curso Vagas

Engenharia Mecânica 25 vagas

Fonte: MEC

BambuÍ

IFMG

Curso Vagas

Agronomia 20

Ciências Biológicas (licenciatura) 20

Engenharia de Alimentos 20

Engenharia de Computação 15

Engenharia de Produção 20

Física (licenciatura) 17

Medicina Veterinária 20

Zootecnia 22

Administração 20

Fonte: MEC

Cláudio

UEMG

Curso Vagas

Administração 20

Ciências Contábeis 20

Serviço Social 15

Fonte: MEC

Divinópolis

Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ) – Campus Dona Lindu

Curso Vagas

Bioquímica 50

Enfermagem 40

Farmácia 50

Medicina 30

Fonte: MEC

UEMG – licenciatura

Curso Vagas

Ciências Biológicas 20

Educação Física 20

História 20

Letras (Português e Inglês) 20

Matemática 20

Ciências Biológicas 20

Pedagogia 40

Química 20

Fonte: MEC

UEMG – bacharelado

Curso Vagas

Jornalismo 15

Publicidade e Propaganda 15

Educação Física 20

Enfermagem 20

Engenharia Civil 40

Engenharia de Computação 40

Engenharia de Produção 40

Fisioterapia 20

Psicologia 40

Serviço Social 20

Fonte: MEC

CEFET/MG

Curso Vagas

Engenharia Mecatrônica 36

Fonte: MEC

Formiga

IFMG

Curso Vagas

Administração 20

Ciência da Computação 20

Engenharia Elétrica 20

Gestão Financeira (tecnólogo) 20

Matemática (licenciatura) 20

Fonte: MEC

Piumhi

IFMG

Curso Vagas

Engenharia Civil 20

Fonte: MEC

Pompéu

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

Curso Vagas

Gestão Pública (tecnólogo) 20

Fonte: MEC

Calendário e mudanças no Sisu

Os candidatos interessados em concorrer a uma vaga nas universidades deverão se inscrever de 22 a 25 de janeiro de 2019 pela internet. O resultado será divulgado em 28 de janeiro.

Neste ano, o sistema da lista de espera do Sisu vai mudar. Até 2018, o candidato a uma vaga no ensino superior poderia escolher duas opções de curso e desistir da segunda opção para ficar na lista de espera da primeira.

Agora, haverá uma chamada regular e o estudante selecionado em uma das opções de curso desta chamada não poderá participar da lista de espera. Se ele não for selecionado, poderá ficar na lista de espera de apenas uma das suas opções de curso.

topo ↕

## **METRÓPOLIS - TEMPO REAL**

### **General vai compor equipe do alto escalão do Ministério da Educação Francisco Mamede de Brito Filho deve ocupar a chefia de gabinete do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep)**

Mais um nome ligado aos militares vai compor o alto escalão do Ministério da Educação (MEC). O general Francisco Mamede de Brito Filho, da reserva ativa do Exército e que já atuou como chefe do Estado Maior do Comando Militar do Nordeste, deve ocupar a chefia de gabinete do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

É o segundo cargo mais alto da autarquia, que é responsável, entre outras atividades, pela elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A presidência do Inep será ocupada pelo engenheiro Marcus Vinicius Rodrigues, que também foi indicado pelo grupo militar. As nomeações ainda não foram publicadas no Diário Oficial da União, mas a expectativa é de que saiam ainda nesta semana.

A forte presença do grupo de militares, segundo pessoas que acompanham as tratativas para as indicações na Educação, é um reflexo da dificuldade do ministro Ricardo Vélez Rodrigues em apresentar opções para os cargos. O colombiano não tem experiência em gestão educacional.

Brito Filho é graduado em Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras e doutorado em Estudos Superiores de Defesa no Colégio de Guerra do Exército da França.

Tem experiência na área de Defesa, atuando principalmente nos temas de planejamento estratégico, assuntos civis e cooperação civil.

#### Histórico

O general serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Brasília, entre os anos 2008 e 2009, durante o governo Lula. Também foi designado a comandar o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012, e comandou a Força de Pacificação no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, em 2014.

topo ↕

## **PORTAL EXAME - TEMPO REAL**

### **Ministro da Educação é criticado por grupo de escolas de elite Para o grupo, as ideias do novo governo não são articuladas com pedagogias contemporâneas e podem levar o país a uma "rota de retrocesso"**

Um grupo que reúne escolas construtivistas de elite em São Paulo Rio e Minas divulgou carta ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, pedindo que ele “não permita que o país entre numa rota de retrocesso”.

O texto diz que as declarações de Rodriguez até agora “deixam a desejar” e enfatiza que, “com tanto lastro intelectual, é difícil acreditar que V. Exa considere a Escola sem Partido ‘providência fundamental’”, como o novo ministro citou em texto em seu blog na internet. “Afinal, é um grupo de amadores, que carece de saberes básicos sobre educação, e que divulga fantasias sobre influência de partidos políticos sobre estudantes dentro de escolas de Ensino Fundamental e Médio”, continua a carta.

Fazem parte do grupo que assina o manifesto a Escola da Vila, na zona oeste, e Escola Viva, na zona sul, ambas de São Paulo e com ensino de influência construtivista. São colégio de elite, considerados referências na cidade, cuja mensalidade gira em torno de R\$ 4 mil.

O ensino construtivista entende o conhecimento como algo que é construído pelo estudante, a partir de seus interesses e curiosidades, com a mediação do professor. As aulas são estruturadas por meio de projetos, que incluem vários saberes, e não apenas pela mera transmissão de conteúdo. Um das grandes preocupações do método é a de desenvolver o espírito crítico do aluno. Integrantes do governo de Jair Bolsonaro têm defendido que a educação foque em conteúdos clássicos, como matemática, química e geografia.

Para o grupo, as ideias do novo governo não são articuladas com as pedagogias contemporâneas, “discutidas e estudadas em todos os países do mundo que se preocupam com formar gerações que consigam interpretar a realidade, em sua complexidade, para lidar com as transformações radicais decorrentes do mundo digital.”

A carta também defende o Enem atual, dizendo que ele é feito por professores que tentam ligar o conhecimento a diversos contextos “que é o que se busca hoje na educação escolar”. Ontem, Eduardo Bolsonaro voltou a criticar a prova e dizer que ela não pode perguntar sobre feminismo, por exemplo.

A Escola Parque, que fica na Barra da Tijuca e na Gávea, no Rio de Janeiro, também faz parte do grupo que assina o texto ao ministro. Tem o mesmo perfil das instituições paulistas e também atende a elite carioca, do ensino infantil ao médio.

As outras duas escolas são de Belo Horizonte, Balão Vermelho e Colégio Mangabeiras Parque. Entre os objetivos da Balão Vermelho estão a “construção da cidadania e autonomia dos alunos, preparando-os para uma maior capacidade de reflexão, valorização da diversidade e respeito ao outro.”

A carta também vai radicalmente contra o argumento de Rodriguez e do presidente de que as escolas estão tomadas por ideias marxistas. “São muitas e complexas as razões que trouxeram a Educação Básica aos péssimos resultados que se repetem há alguns anos. Mas, certamente, entre as muitas principais delas, não estão ideologias de esquerda.”

topo ↕

## **PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL**

### **Grupo de escolas de elite divulga carta com críticas ao ministro da Educação**

Um grupo que reúne escolas construtivistas de elite em São Paulo, Rio e Minas divulgou carta ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, pedindo que ele

“não permita que o País entre numa rota de retrocesso”.

O texto diz que as declarações de Rodriguez até agora “deixam a desejar” e enfatiza que, “com tanto lastro intelectual, é difícil acreditar que V. Exa considere a Escola sem Partido ‘providência fundamental’”, como o novo ministro citou em texto em seu blog na internet. “Afinal, é um grupo de amadores, que carece de saberes básicos sobre educação, e que divulga fantasias sobre influência de partidos políticos sobre estudantes dentro de escolas de Ensino Fundamental e Médio”, continua a carta.

Fazem parte do grupo que assina o manifesto a Escola da Vila, na zona oeste, e Escola Viva, na zona sul, ambas de São Paulo e com ensino de influência construtivista. São colégio de elite, considerados referências na cidade, cuja mensalidade gira em torno de R\$ 4 mil.

O ensino construtivista entende o conhecimento como algo que é construído pelo estudante, a partir de seus interesses e curiosidades, com a mediação do professor. As aulas são estruturadas por meio de projetos, que incluem vários saberes, e não apenas pela mera transmissão de conteúdo. Um das grandes preocupações do método é a de desenvolver o espírito crítico do aluno. Integrantes do governo de Jair Bolsonaro têm defendido que a educação foque em conteúdos clássicos, como matemática, química e geografia.

Para o grupo, as ideias do novo governo não são articuladas com as pedagogias contemporâneas, “discutidas e estudadas em todos os países do mundo que se preocupam com formar gerações que consigam interpretar a realidade, em sua complexidade, para lidar com as transformações radicais decorrentes do mundo digital.”

A carta também defende o Enem atual, dizendo que ele é feito por professores que tentam ligar o conhecimento a diversos contextos, “que é o que se busca hoje na educação escolar”. Ontem, Eduardo Bolsonaro voltou a criticar a prova e dizer que ela não pode perguntar sobre feminismo, por exemplo.

A Escola Parque, que fica na Barra da Tijuca e na Gávea, no Rio de Janeiro, também faz parte do grupo que assina o texto ao ministro. Tem o mesmo perfil das instituições paulistas e também atende a elite carioca, do ensino infantil ao médio.

As outras duas escolas são de Belo Horizonte, Balão Vermelho e Colégio Mangabeiras Parque. Entre os objetivos da Balão Vermelho estão a “construção da cidadania e autonomia dos alunos, preparando-os para uma maior capacidade de reflexão, valorização da diversidade e respeito ao outro.”

A carta também vai radicalmente contra o argumento de Rodriguez e do presidente de que as escolas estão tomadas por ideias marxistas. “São muitas e complexas as razões que trouxeram a Educação Básica aos péssimos resultados que se repetem há alguns anos. Mas, certamente, entre as muitas principais delas, não estão ideologias de esquerda.”

topo ↕

**TERRA - TEMPO REAL**

**Sistema Fiep lança curso de qualificação em parceria com a empresa chinesa Huawei**

O Brasil é um dos maiores mercados de telecomunicações da América Latina, segundo a União Internacional das Telecomunicações (UIT). Para 2022, a previsão é de que a receita total deste segmento seja de R\$ 150 bilhões no país. Embora os números sejam expressivos, ainda falta mão de obra qualificada no Brasil para suprir toda a demanda. Pensando nisso, o Sistema Fiep, por meio do Senai no Paraná, e a Huawei, empresa multinacional líder no mercado de telecomunicações, lançam o curso de qualificação para Instalador Técnico de Equipamentos de Telefonia Móvel. "Este é um mercado promissor e, por isso, é fundamental implementar cursos como este. Estamos montando um laboratório para preparar os alunos e capacitá-los para atuar na indústria, com qualidade e sempre atualizados", afirma José Antonio Fares, diretor regional do Senai e superintendente do Sesi e do IEL no Paraná.

De acordo com Mateus Martini, diretor regional da Huawei, a empresa encontrou dificuldades no mercado nacional, pela falta de profissionais qualificados e atualizados. "O curso vem para formar toda essa mão de obra e capacitá-la tecnicamente para atuar no mercado de telecomunicações", explica. As aulas serão no Campus da Indústria, em Curitiba, e começam em fevereiro de 2019. Para fazer a matrícula é preciso ter 18 anos completos e estar, no mínimo, cursando ensino médio. Para mais informações, basta acessar o site <https://bit.ly/2POXmjw>.

O profissional técnico com qualificação em Equipamentos de Telefonia Móvel pode instalar equipamentos de telecomunicações da rede móvel de acordo com projetos, normas técnicas, de qualidade, de segurança e saúde no trabalho e de preservação ambiental. Entre os assuntos abordados no curso estão equipamentos da rede móvel, integração do sistema celular, segurança do trabalho e meio ambiente, elaboração de projetos, análise de resolução de problemas e ferramentas digitais.

No formato pensado pelo Senai no Paraná, em conjunto com a Huawei, será possível que empresas contratem o curso para seus funcionários. "Para a empresa, podemos fazer um curso customizado, conforme demanda. Nesse caso, a ideia não é apenas qualificar, mas também aprimorar o conhecimento dos profissionais que já estão no mercado", explica Rafael Cury, Gerente do Campus da Indústria. Além desse formato, o Senai no Paraná também abrirá turmas em 2019, para que todos os interessados possam fazer o curso de qualificação. "Se não acompanharmos a evolução da tecnologia, mostrando e ensinando aos profissionais o que foi mudado, nós teremos técnicos bons, mas desatualizados", explica Claudio Berger, gerente de qualidade da Huawei.

Em dezembro deste ano, 20 funcionários da empresa Constel Engenharia fizeram o curso no formato customizado. "O curso foi muito importante para darmos o primeiro passo para entrar em um novo ramo. Somos uma equipe com grande potencial, com vontade de trabalhar na área, mas nos faltava o conhecimento técnico. Em pouco tempo, o Senai no Paraná e a Huawei conseguiram unir um material completo e aprofundado, em um curso de 44 horas", ressalta o engenheiro eletricista da Constel Engenharia, Fernando Cerqueira.

## Lançamento

Para celebrar esta novidade, o Senai no Paraná promoveu um evento de lançamento, que em dezembro, no Campus da Indústria. O evento contou com a presença do diretor regional do Senai, José Antonio Fares, representantes da Huawei, que vieram da China para o lançamento, e dos alunos da primeira turma no curso. "Estamos celebrando uma

parceria de fundamental importância e isso é motivo de muito orgulho para todos nós do Sistema Fiep", afirma Fares.

## SOBRE O SISTEMA FIEP

O Sistema Fiep é composto pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Serviço Social da Indústria (Sesi), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL). As instituições trabalham integradas em prol do desenvolvimento industrial. Com linhas de atuação complementares, realizam a interlocução com instâncias do poder público, estimulam o fomento de negócios nacionais e internacionais, a competitividade, a inovação, a tecnologia e a adoção de práticas sustentáveis, e oferecem serviços voltados à segurança e saúde dos trabalhadores, à educação básica de crianças, jovens e adultos, à formação e aperfeiçoamento profissional, à formação de nível superior, além de capacitação executiva. Sistema Fiep: nosso i é de indústria.

topo ↕

## TERRA - TEMPO REAL

### General vai compor equipe do alto escalão do MEC

### Francisco Mamede de Brito Filho deve ocupar a chefia de gabinete do Inep, autarquia responsável pelo Enem

Mais um nome ligado aos militares vai compor o alto escalão do Ministério da Educação (MEC). O general Francisco Mamede de Brito Filho, da reserva ativa do Exército e que já atuou como chefe do Estado Maior do Comando Militar do Nordeste, deve ocupar a chefia de gabinete do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).

É o segundo cargo mais alto da autarquia, que é responsável, entre outras atividades, pela elaboração do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A presidência do Inep será ocupada pelo engenheiro Marcus Vinicius Rodrigues, que também foi indicado pelo grupo militar. As nomeações ainda não foram publicadas no Diário Oficial da União, mas a expectativa é de que saiam ainda nesta semana.

A forte presença do grupo de militares, segundo pessoas que acompanham as tratativas para as indicações na Educação, é um reflexo da dificuldade do ministro Ricardo Vélez Rodrigues em apresentar opções para os cargos. O colombiano não tem experiência em gestão educacional.

Brito Filho é graduado em Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras e doutorado em Estudos Superiores de Defesa no Colégio de Guerra do Exército da França. Tem experiência na área de Defesa, atuando principalmente nos temas de planejamento estratégico, assuntos civis e cooperação civil.

O general serviu no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em Brasília, entre os anos 2008 e 2009, durante o governo Lula. Também foi designado a comandar o Batalhão Brasileiro no Haiti, em 2012, e comandou a Força de Pacificação no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, em 2014.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Grupo de escolas de elite divulga carta com críticas ao ministro da Educação

Um grupo que reúne escolas construtivistas de elite em São Paulo, Rio e Minas divulgou carta ao ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, pedindo que ele

"não permita que o País entre numa rota de retrocesso".

O texto diz que as declarações de Rodriguez até agora "deixam a desejar" e enfatiza que, "com tanto lastro intelectual, é difícil acreditar que V. Exa considere a Escola sem Partido providência fundamental", como o novo ministro citou em texto em seu blog na internet. "Afim, é um grupo de amadores, que carece de saberes básicos sobre educação, e que divulga fantasias sobre influência de partidos políticos sobre estudantes dentro de escolas de Ensino Fundamental e Médio", continua a carta.

Fazem parte do grupo que assina o manifesto a Escola da Vila, na zona oeste, e Escola Viva, na zona sul, ambas de São Paulo e com ensino de influência construtivista. São colégio de elite, considerados referências na cidade, cuja mensalidade gira em torno de R\$ 4 mil.

O ensino construtivista entende o conhecimento como algo que é construído pelo estudante, a partir de seus interesses e curiosidades, com a mediação do professor. As aulas são estruturadas por meio de projetos, que incluem vários saberes, e não apenas pela mera transmissão de conteúdo. Um das grandes preocupações do método é a de desenvolver o espírito crítico do aluno. Integrantes do governo de Jair Bolsonaro têm defendido que a educação foque em conteúdos clássicos, como matemática, química e geografia.

Para o grupo, as ideias do novo governo não são articuladas com as pedagogias contemporâneas, "discutidas e estudadas em todos os países do mundo que se preocupam com formar gerações que consigam interpretar a realidade, em sua complexidade, para lidar com as transformações radicais decorrentes do mundo digital."

A carta também defende o Enem atual, dizendo que ele é feito por professores que tentam ligar o conhecimento a diversos contextos, "que é o que se busca hoje na educação escolar". Ontem, Eduardo Bolsonaro voltou a criticar a prova e dizer que ela não pode perguntar sobre feminismo, por exemplo.

A Escola Parque, que fica na Barra da Tijuca e na Gávea, no Rio de Janeiro, também faz parte do grupo que assina o texto ao ministro. Tem o mesmo perfil das instituições paulistas e também atende a elite carioca, do ensino infantil ao médio.

As outras duas escolas são de Belo Horizonte, Balão Vermelho e Colégio Mangabeiras Parque. Entre os objetivos da Balão Vermelho estão a "construção da cidadania e autonomia dos alunos, preparando-os para uma maior capacidade de reflexão, valorização da diversidade e respeito ao outro."

A carta também vai radicalmente contra o argumento de Rodriguez e do presidente de que as escolas estão tomadas por ideias marxistas. "São muitas e complexas as razões que trouxeram a Educação Básica aos péssimos resultados que se repetem há alguns anos. Mas, certamente, entre as muitas principais delas, não estão ideologias de esquerda.

## **CATRACA LIVRE - NOTÍCIAS**

### **Diretor do MEC elogiado por Bolsonaro defendeu queima de livros**

Quem fez essa proposta de "queima lúdica" de livros foi Murilo Resende, agora responsável pelo Enem.

Ele resolveu tirar seu blog do ar, onde tem teses escandalosas e homofobia e intolerância.

Quem se notabilizou por queima de livros foi o regime nazista: livros queimados em espaços públicos.

Jair Bolsonaro mostrou confiança em seu diretor do Inep Murilo Resenda, responsável pelo Enem.

Elogios também vieram de seu filho, Eduardo, ao dar conselho aos professores.

Murilo Resende é autor de ataques mais ofensivos de que se tem notícia contra os educadores brasileiros: “professores pregam o aborto, incesto e pedofilia”.

Essa frase foi dita, em 2016, em audiência pública no Ministério Público Federal, em Goiás, pelo economista Murilo Resende Ferreira, discípulo de Olavo de Carvalho, agora indicado para o estratégico cargo de diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), responsável, entre outras coisas, pela prova do Enem. O ministro Vélz Rodrigues também é discípulo do filósofo Olavo de Carvalho. A audiência era sobre “Doutrinação Político-Partidária no Sistema de Ensino”, em 2016.

Murilo Resende é um militante da “Escola Sem Partido”.

Ex-aluno de escola privada, ele afirmou ser “vítima” da doutrinação marxista, atacando a “ideologia de gênero”, que seria um recurso usado por “manipuladores com um objetivo: “esconder a própria falta de preparo”

“Então ideologia de gênero, que hoje é o grande cavalo de batalha desses manipuladores, sim, gente que não quer estudar de verdade, que sequer conhece a literatura, sequer conhece a filosofia.

Murilo foi mais longe: os professores pregariam o aborto, incesto e pedofilia. Mas escondem suas intenções ganhando a confiança dos pais.

— Não se conta isso para os pais, essa é a farsa de vocês. Vocês falam: ah, é simplesmente uma questão de respeito em relação aos homossexuais. É só isso o que a gente quer ensinar — ironizou.

Mais um ataque:

“O que os professores estão querendo com isso é poder. Um poder que eles querem roubar e sequestrar da família”

Não há nenhuma evidência baseada em fatos consistentes para esses ataques, fruto da teoria conspiratória do “marxismo cultural”.

Nessa teoria conspiratória, um dos responsáveis pela disseminação do “marxismo cultural” seriam os militares.

Em sua visão, o regime militar abriu espaço aos “marxistas” nas universidades e

escolas.

— Esse estágio atual que a gente passa na educação brasileira nasceu em muito sentido já no regime militar. Onde a gente viu o regime militar adotar uma famosa tese da panela de pressão, que para contrabalancear a esquerda guerrilheira, a esquerda lá do Araguaia, eles deveriam dar um espaço a esses marxistas dito democráticos, que não tinham aderido à luta armada. E o espaço deles deveria se dar nas escola”.

Mais:

“Com a redemocratização, esse aparelhamento brutal e ditatorial avançou inclusive para lugares como a **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, o MEC. (...) Precisa de uma reforma absurda, completa, para limpar todas essa contaminação ideológica até o ponto em que os professores voltem a se preocupar com a sala de aula, e não só com filosofia da educação, ficar discutindo Paulo Freire e a criança do futuro que será um jovem socialista.

topo ↕

## **ECO AGÊNCIA - TEMPO REAL**

### **Presidente do Ibama antecipa saída após acusações em rede social**

No comando do Ibama desde junho de 2016, Suely Araújo pediu exoneração do cargo de presidente nesta segunda-feira (07), um dia após o presidente Jair Bolsonaro e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, questionarem via rede social um contrato de 28,7 milhões em aluguel de veículos para o órgão. Suely será substituída pelo procurador Eduardo Bim, anunciado no final de dezembro.

“Considerando que a indicação do futuro Presidente do Ibama, Sr. Eduardo Bim, já foi amplamente divulgada na imprensa e internamente na Instituição ainda em 2018, antes mesmo do início do novo Governo, entendo pertinente o meu afastamento do cargo permitindo assim que a nova gestão assuma a condução dos processos internos desta autarquia”, escreveu Suely, em despacho encaminhado ao ministro Ricardo Salles.

Internamente, a saída foi vista como um sinal de desagravo por uma série de postagens ontem no Twitter lançando suspeitas sobre um contrato. A presidente do Ibama teria ficado incomodada pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, publicar um tuite impressionado pelo valor do contrato, de 28,7 milhões, ao invés de esclarecer antes o montante com ela.

O presidente Jair Bolsonaro comentou a postagem, insinuando que haveria irregularidades. Depois, apagou postagem. O Ibama rebateu as críticas:

“A acusação sem fundamento evidencia completo desconhecimento da magnitude do Ibama e das suas funções. O valor estimado inicialmente para esse contrato era bastante superior ao obtido no fim do processo licitatório, que observou com rigor todas as exigências legais e foi aprovado pelo TCU. Os valores relativos aos veículos para fiscalização na Amazônia são custeados pelo Fundo Amazônia, gerido pelo BNDES”, disse Suely, ontem, por meio da nota.

Segundo o Ibama, o contrato abrange 393 caminhonetes adaptadas para atividades de fiscalização, combate a incêndios florestais, emergências ambientais e ações de inteligência nos 27 estados brasileiros e inclui combustível, manutenção e seguro com substituição a cada 2 anos.

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (UnB) e em Direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Suely Araújo é doutora em Ciência Política pela UnB, onde defendeu a tese “Política ambiental no Brasil no período de 1992/2012: um estudo comparado das agendas verde e marrom”, trabalho que recebeu menção honrosa do Prêmio **Capes** de teses. Trabalhou como consultora legislativa da Câmara dos Deputados nas áreas de meio ambiente e direito ambiental, urbanismo e direito urbanístico por 25 anos.

topo ↕

## **JORNAL DE BLUMENAU - TEMPO REAL**

### **UFSC Blumenau terá mestrado em Nanociência, Processos e Materiais Avançados**

O campus Blumenau da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) terá mais uma opção de pós-graduação em 2019.

Além da abertura de um mestrado acadêmico em Engenharia Têxtil, a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**) divulgou a aprovação da proposta de criação do mestrado acadêmico em Nanociência, Processos e Materiais Avançados.

O programa de pós-graduação stricto sensu surge em razão da demanda por formação especializada, oriunda de instituições de ensino superior e do mercado de trabalho.

O mestrado contempla uma área de concentração em Nanociência e duas linhas de pesquisa (Materiais, Processos e Transformações e Nanociência e Nanotecnologia).

O programa contará com a participação de quatorze docentes permanentes, todos doutores, que desenvolvem projetos em conjunto nas áreas de Física, Química e Engenharia de Materiais.

A coordenadora Larissa Nardini Carli afirma:

“A interdisciplinaridade dos professores envolvidos, bem como a ampla inter-relação entre as suas áreas de pesquisa, proporcionará a realização de investigações na fronteira do conhecimento, promovendo avanços científicos e tecnológicos em diversos campos, tais como Energia, Têxtil, Metal-mecânica, Papel e Celulose, Polímeros, Biomedicina, Farmacêutica e Ambiental”.

O Programa de Pós-Graduação em Nanociência, Processos e Materiais Avançados terá início em agosto de 2019, em regime semestral.

Todas as disciplinas ofertadas, distribuídas entre disciplinas obrigatórias e eletivas, serão compartilhadas entre dois ou mais professores com atuação em diferentes áreas de conhecimento.

O processo seletivo de ingresso será anual, oferecendo-se quatorze vagas por ano, distribuídas proporcionalmente ao número de docentes permanentes.

O lançamento do edital para o primeiro processo seletivo está previsto ainda para o semestre 2019/1 e, em breve, serão divulgadas novas informações por meio do portal [blumenau.ufsc.br](http://blumenau.ufsc.br).

topo ↕

## NE 10 - TEMPO REAL

### **Pós-doutorado: Fiocruz PE abre seleção para estágio em Biociências e Biotecnologia pela Capes**

A Fiocruz Pernambuco lançou chamada pública para seleção de estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Biociências e Biotecnologia em Saúde pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. As inscrições estão abertas de 22 de janeiro a 1º de fevereiro na secretaria acadêmica da instituição, localizada no campus da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Cidade Universitária, Zona Oeste do Recife.

#### Critérios de seleção

- Currículo Lattes documentado do solicitante, que deverá apresentar pelo menos um artigo científico publicado em periódico indexado Qualis > B1, nos últimos três anos
- Defesa do projeto e do plano de trabalho. Nessa etapa, o candidato fará uma apresentação oral

Mais informações clicando aqui ou no site da instituição: [cpqam.fiocruz.br](http://cpqam.fiocruz.br).

topo ↕

## PCI CONCURSOS - NOTÍCIAS

### **IFC abre inscrições para Processo Seletivo**

#### **A Seleção visa o preenchimento de uma vaga para contratação de Professor Substituto.**

A Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC, abre as inscrições para Processo Seletivo Simplificado, destinado a contratação de Professor Substituto por tempo determinado, para atender as demandas do Campus Concórdia.

A área de conhecimento exigida é Agricultura, para preenchimento de uma vaga, tendo como requisitos mínimos exigidos, formação em uma das seguintes graduações: Agronomia; Engenharia Agrônoma com mestrado em Agronomia ou em Fitotecnia ou em Produção Vegetal; Ciências Agrárias, ou em áreas afins, de acordo com a tabela da **Capes** para Ciências.

O contratado com regime de trabalho de 40 horas semanais, receberá remuneração correspondente ao Nível da Classe DI, da Carreira do magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, acrescida da Retribuição de Vencimento Básico de R\$ 3.126,31 a R\$ 5.786,68.

A taxa de inscrição para o Processo Seletivo é de R\$ 20,00, que será efetuada no Campus Concórdia, na Rodovia SC 283, km 08; Vila Fragosos, Concórdia, CEP - 89703-720, ou pelo e-mail: [cgp.concordia@ifc.edu.br](mailto:cgp.concordia@ifc.edu.br), no horário das 07h30 às 13h30 no período de 10 a 21 de janeiro de 2019.

O Processo Seletivo será realizado em duas etapas, constituídas de Prova Didática e Prova de Títulos. Quadro de Títulos, informações e a matéria a ser aplicada na prova didática estão presente no Edital.

O candidato convocado a assumir a vaga deve declarar no prazo de 48 horas, se aceita ou não o trabalho, entregando a documentação solicitada no prazo estipulado pelo

Campus. A contratação será feita por tempo determinado, observando o prazo máximo de um ano, admitida a prorrogação desde que total prazo não exceda a dois anos.

Para demais informações, acesse o Edital disponível em nosso site.

topo ↕

## REPÓRTER DIÁRIO - TEMPO REAL

### **Fundação Santo André prorroga inscrições de concurso público para professores**

A Fundação Santo André (FSA) prorrogou para 14 de janeiro as inscrições do concurso público para o preenchimento de 6 vagas e formação de cadastro reserva para cargos Professor de Nível Superior para Graduação. A execução está sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação – IBFC.

As inscrições para o concurso público (para o edital retificado acesse [encurtador.com.br/cuyO9](http://encurtador.com.br/cuyO9)) serão realizadas exclusivamente pela Internet, no endereço eletrônico do IBFC – [www.ibfc.org.br](http://www.ibfc.org.br), mediante taxa de R\$ 150.

A prova será objetiva de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, e está marcada para o dia 27 de janeiro (domingo), no Centro Universitário da FSA (av. Príncipe de Gales, 821 – Santo André).

As oportunidades são para as áreas de Filosofia, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, História, Nutrição, Psicologia, Comunicação Social, Química, Serviço Social, Gestão da Tecnologia da Informação, Sistemas de Informação, Ciência ou Engenharia de Computação, Engenharia de Software, Ciências Econômicas, Engenharia de Materiais, Ciências Biológicas e/ou Química, Administração ou Comunicação, Letras, Física ou Engenharia de qualquer área, Administração ou Engenharia de Produção, Geografia, Direito, História, entre outras.

Para participar o candidato deve ter diploma registrado de curso superior na área em que concorrerá, acrescido de especialização ou 50% dos créditos em programas de mestrado recomendado pela CAPES ou, ainda, preferencialmente, mestrado ou doutorado na área escolhida. A contratação será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

topo ↕

## VOZ DA BAHIA - TEMPO REAL

### **Secretaria da Educação do Estado ofertará mais de 2 mil vagas para formação de professores em 2019**

Secretaria da Educação do Estado ofertará mais de 2 mil vagas para formação de professores em 2019

A Secretaria da Educação do Estado ofertará 2.872 vagas para a formação de professores da rede estadual em instituições de Ensino Superior, em 2019. A iniciativa faz parte do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), gerenciado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que desenvolve cursos de nível superior e de pós-graduação por meio da modalidade de Educação a Distância (EAD). Ao todo serão cursos distribuídos em 20 polos, ofertados por 10 instituições de Ensino Superior. As inscrições estão previstas para iniciarem em fevereiro nos sites das instituições com cursos de especialização, bacharelado, licenciatura, tecnólogo, em áreas de Cultura, Ciência, Tecnologia, Ciências Naturais e Linguagens. O subsecretário da Educação do Estado, Nildon Pitombo, explicou que houve um alinhamento com as instituições ofertantes para que os cursos estivessem vinculados às demandas do novo perfil de oferta da rede estadual de ensino. “Nós

privilegiamos especializações e graduações na área da Cultura em sintonia com ações da Secretaria da Educação, como o projeto Escolas Culturais. Trazemos a novidade de cursos específicos das Ciências Naturais, aprofundando diversos tópicos neste campo como prevê o Plano Estadual e Nacional de Educação, com ofertas de Química e Biologia, na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIFASV)”, destacou. Outros destaques para 2019 serão cursos de Gestão em Saúde, Tecnologias Digitais, Gestão de Escolas do Campo, Direitos Humanos, com foco nos estudos étnico raciais. “Ainda em diálogo com os municípios estaremos ofertando cursos de Administração Pública”, ressaltou o subsecretário.

As formações buscam o aperfeiçoamento dos educadores em alinhamento com diretrizes da Secretaria no sentido de fortalecer o eixo pedagógico das escolas. “Fundamentalmente queremos promover a melhoria da atuação dos professores em determinados campos, que são chaves nos Planos Estadual e Nacional de Educação, sobretudo na educação digital, no aperfeiçoamento do ensino de Ciências Naturais, onde temos pouco aprofundamento nas escolas sobre o assunto em todo Brasil e na questão da cultura, com a licenciatura de Música Popular Brasileira e Teatro. Outro ponto é o bacharelado em Biblioteconomia para criarmos um quadro que possa contribuir para a organização das bibliotecas escolares. Nessa parceria tivemos uma boa resposta das instituições, sejam as universidades estaduais e federais, e do Instituto Federal da Bahia (IFBA)”, contou Pitombo.

topo ↕

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

### **Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas Segundo o Datafolha, 71% são a favor de falar de assuntos políticos em sala de aula**

Para a maior parte da população, educação sexual e assuntos políticos devem ser temas tratados nas salas de aulas do país, segundo pesquisa Datafolha. A abordagem desses dois assuntos nas escolas tem sido alvo de ataque nos últimos anos por parte de grupos conservadores e religiosos.

Desde 2014 pipocam por todo país projetos legislativos inspirados no movimento Escola sem Partido, que prevê limitar o que o professor pode falar em sala de aula e, na maioria dos casos, vetar menções a política, gênero e educação sexual.

Partidários do Escola sem Partido acusam professores de uma suposta doutrinação de esquerda, enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PSL) catapultou sua carreira política em uma cruzada contra a abordagem do que ele e outros detratores chamam de "ideologia de gênero", expressão nunca usada por educadores.

O Datafolha ouviu 2.077 em 130 municípios nos dias 18 e 19 de dezembro. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

O instituto perguntou aos brasileiros sobre os dois temas: educação sexual e discussão política em aula.

A presença de assuntos políticos nas escolas tem o maior apoio: 71% concordam, sendo que 54% apoiam totalmente. O percentual de apoio a esse tema nas escolas é maior do que a discordância em todos os recortes analisados pelo instituto, seja por idade, renda,

religião e preferência partidária, por exemplo.

A aprovação por assuntos políticos nas salas de aula cresce de acordo com a escolaridade. Entre aqueles que têm ensino superior, 83% concordam com a afirmação de que esse tema deve estar presente nas escolas.

Entre os 28% dos que se opõem à discussão política nas aulas, 20% dizem discordar totalmente. Os outros 8% discordam em parte.

Já o apoio à educação sexual nas escolas alcança 54%. O endosso é maior entre as mulheres do que entre homens (56% e 52%, respectivamente), mas fica empatado na margem de erro.

Quanto maior a escolaridade, maior também a anuência com a previsão desse conteúdo. Entre aqueles com ensino superior, o percentual é de 63%.

Apesar de haver consentimento maior, a educação sexual divide mais a opinião da população. O Datafolha mostra que, enquanto 35% das pessoas concordam totalmente, os que desaprovam totalmente também somam outros 35%.

Segundo a pesquisa Datafolha, a oposição à educação sexual só é superior em dois grupos: entre os que dizem ter votado em Bolsonaro (54% discordam com a adoção do tema) e entre evangélicos (53%).

Outra pesquisa realizada pelo instituto em 2016 com pais de estudantes na cidade de São Paulo mostrou que, nesse grupo, 83% apoiavam discussões sobre sexualidade com parte do conteúdo ensinado nas escolas.

Entre os críticos da educação sexual e também da presença de assuntos políticos nas aulas há o argumento de que o papel da escola é focar no ensino dos conteúdos considerados clássicos. Por outro lado, defensores desses conteúdos entendem que a escola tem um papel mais amplo na formação de cidadãos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, define que a educação deve se vincular ao mundo do trabalho e à prática social, tendo por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania”. Já os parâmetros curriculares nacionais preveem a educação sexual nas escolas desde 1997.

Essa temática deve ser trabalhada em várias disciplinas na educação básica e é apontada por especialistas como forma de colaborar com o combate a problemas como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, violência contra mulher e homofobia.

Após pressão de conservadores e religiosos, incluindo da bancada evangélica no Congresso, o governo Michel Temer esvaziou em 2017 menções a gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular. O documento define o que os alunos devem aprender na educação básica.

O próprio Bolsonaro já disse ser contra a abordagem da sexualidade nas instituições de ensino e que a escola deve se voltar às disciplinas. “Quem ensina sexo para a criança é o

papai e a mamãe. Escola é lugar de aprender física, matemática, química. Fazer com que no futuro tenhamos um bom empregado, um bom patrão e um bom liberal”, afirmou em novembro.

Apontado como ideólogo do presidente eleito e das pessoas a seu redor, o escritor Olavo de Carvalho disse em entrevista à Folha que, “quanto mais educação sexual, mais putaria nas escolas”. “Está ensinando criancinha a dar a bunda, chupar pica, espremer peitinho da outra em público. Acham que educação sexual está fazendo bem, mas só está fazendo mal.”

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, foi indicado por Olavo de Carvalho. No seu discurso de posse, Vélez criticou o que chama de "ideologia de gênero" e um suposto "marxismo cultural" na educação.

## PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO

O combate a essas abordagens ganhou relevo após o ingresso de projetos de lei. Em 2014, os filhos de Bolsonaro apresentaram as primeiras proposições para criar o projeto Escola Sem Partido no Rio de Janeiro. Flávio fez a proposta na Assembleia Legislativa, e Carlos, na Câmara.

A iniciativa impulsionou o Escola Sem Partido, movimento criado em 2004 para combater uma suposta doutrinação de esquerda dos professores.

Até novembro de 2018, havia ao menos 181 projetos de lei em Câmaras Municipais e Assembleias em todo o país com teor semelhante, segundo levantamento do Movimento Educação Democrática.

Na Câmara dos Deputados, um projeto de lei similar tramitou até dezembro, mas acabou arquivado por não ter sido votado em comissão especial que o analisava. O texto prevê que os valores familiares devem ter “precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”.

Movimentos que se opõem a discussões sobre gênero nas escolas ganham força desde a década de 1990 em vários países do mundo. Há iniciativas em ao menos 50 países em consonância com agendas religiosas como a oposição ao aborto, ao casamento homossexual e a um suposto risco de destruição da família.

topo 

## G1 - TEMPO REAL

**Ensino a Distância: saiba quais critérios devem ser avaliados na escolha de curso PUCPR caminha junto com inovação tecnológica e apresentar proposta personalizada para aqueles que buscam independência na hora de estudar.**

A evolução do Ensino a Distância (EAD) tem relação direta com os avanços tecnológicos que vivemos nos últimos séculos: desde melhorias nos serviços dos correios em meados do século XIX, até a utilização de transmissões de rádio, programas de TV, fitas cassete, VHS, CD-Room e a já boa e velha internet, que agrega todas as plataformas em uma só experiência.

O número de estudantes do país que buscam essa alternativa não para de crescer, e já chega próximo dos 1,3 milhões de matriculados, segundo dados fornecidos pela [EAD.com.br](http://EAD.com.br). ”No Brasil esta modalidade está crescendo (...) Mas fora do país já é uma

realidade tanto para as instituições de ensino quanto para os que querem uma formação com mais flexibilidade”, conta professora Luciane Hilú, que faz parte da Assessoria de Ensino a Distância da PUCPR.

Como escolher o melhor Curso?

Existem diversos fatores que devem ser levados em consideração na hora de fazer a escolha de um curso nesse formato. Hilú conta que "para adentrar neste universo como estudante, primeiro identifique qual a proposta pedagógica que mais se adequa ao seu modo de aprender. Analise a qualidade destes cursos: se a instituição tem credibilidade, se está credenciada no MEC, se existe um respaldo de uma equipe pedagógica e de bons professores que sustentam o modelo, e assim por diante. Ou seja, as mesmas questões quando se escolhe uma instituição para um curso presencial”, comenta.

A PUCPR vem atuando e inovando nessa área há mais de uma década. A prática do estudo via plataformas digitais proporciona, tanto para a universidade quanto aos estudantes, uma maneira de se atualizar com as novas ferramentas utilizadas no mercado de trabalho. A professora cita alguns desses recursos modernos utilizados pela PUCPR, como a "personalização do ensino, o acompanhamento do aprendizado por métricas construídas por BI, Learning Analytics e similares”. Grandes diferenciais na ementa oferecida pela instituição paranaense.

Inovação que se aplica na rotina diária do estudante. "Em termos de materiais didáticos e atividades de aprendizagem, o EAD e a tecnologia trouxeram avanços na flexibilidade do tempo e espaço, na possibilidade de ampliar os recursos, como Realidade Aumentada, Virtual, webconferências, laboratórios virtuais, games educacionais, etc,” relembra Hilú.

Flexibilidade

O EAD se firma cada vez mais como uma alternativa para atender a vontade de quem quer estudar mas tem experiências desafiadoras pelo caminho. A professora nos conta que "mais do que um curso ideal, temos que pensar em um estudante ideal. Cursos em EAD são mais adequados para aqueles estudantes que têm autonomia, estão motivados para aprender e tem disciplina no estudo”, comenta. E tem mais "a tendência é que o público se torne o mesmo daqui alguns anos”.

Mas qual seria o perfil atual desse aluno? “Normalmente são pessoas um pouco mais velhas do que os recém saídos do ensino médio, que possuem empregos ou família. O EAD lhes permite conciliar estes aspectos com o estudo”, a professora conclui.

Opções

Hoje, a PUCPR divide sua atenção entre cursos de Gestão e Tecnologia da Informação e Comunicação. Esses dois diferentes pilares de atuação criam oportunidades para a oferta dos seguintes cursos: Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas; Tecnologia em Big Data e Inteligência Analítica; Tecnologia em Gestão de Tecnologia da Informação (Ti); Tecnologia em Gestão Comercial; Tecnologia em Logística; Tecnologia em Gestão Hospitalar; Tecnologia em Processos Gerenciais; Tecnologia em

Recursos Humanos; Tecnologia em Gestão Financeira; Tecnologia em Gestão de Marketing em Mídias Digitais.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### **Sem mágica: derrotando os gigantes que atrapalham a Educação**

Neste novo ciclo de políticas e gestão que se inicia em 2019, é oportuno recordar o dever ético e o compromisso social que que nossos novos governantes devem ter com a Educação. E não qualquer Educação, mas sim uma de qualidade, baseada em evidências, conhecimento acumulado pela ciência da Pedagogia e experiências exitosas.

Muito tem se falado desse lugar privilegiado dado à Educação, falta, contudo, esclarecer que o máximo esforço de valorização do ensino deve ser depositado onde ele é mais necessário: no combate à crise de aprendizagem brasileira que se estende ao longo das gerações. Essa é uma crise silenciosa, que em sua mudez tem limitado o crescimento do País e contribuído enormemente para a desigualdade na distribuição de renda e no acesso a oportunidades.

Apesar da gravidade e centralidade dos problemas relativos à aprendizagem defasada, muitos são os distratores que desviam a atenção dos gestores públicos. É preciso, portanto, conhecer quem são nossos gigantes e quem são nossos moinhos de vento. Dois desses grandes moinhos já têm formas claras. O primeiro diz respeito à crença equivocada de que agir para reduzir a desigualdade educacional é promover o "coitadismo". Nada poderia estar mais longe do que mostra a literatura e os direitos fundamentais. Direcionar mais apoio e recursos financeiros às populações em desvantagem é um imperativo ético. É pré-condição para uma sociedade que caminha junta, uns apoiando os demais. O segundo ponto relaciona-se às ideologias e soluções mágicas para "salvar" a Educação.

Nosso gigante é, insisto em sublinhar, a aprendizagem que não acontece - reforçando ciclos de pobreza e dependência. Se quisermos vencê-lo, será necessário confiar nas soluções já testadas e largamente estudadas, são elas: atendimento à Primeira Infância de maneira intersetorial (articulando Educação, saúde, assistência, cultura e esporte); políticas (de atração, formação inicial e continuada, carreira e condições de trabalho) voltadas aos professores; aprimoramento da governança do sistema federativo e da gestão das redes e escolas; sistema de financiamento da Educação Pública mais equânime, capaz de induzir as boas práticas de gestão; novo Ensino Médio com variedade de percursos formativos, incluindo a expansão da Educação Profissional e da Educação Integral em tempo integral; uma política articulada com estados e municípios para universalizar a alfabetização até os 8 anos de idade; e implementação eficiente da Base Nacional Curricular Comum em todas as escolas e salas de aula.

Os países que hoje têm os melhores indicadores econômicos e sociais devem muito de seu sucesso a governantes com visão de longo prazo, que utilizaram sua liderança, recursos políticos e gestores para efetivar essas práticas. E no Brasil, a nova equipe executiva deve mirar nesse mesmo fim. Uma Nação de 48 milhões de alunos, distribuídos em escolas municipais, estaduais, federais e privadas, exige um trabalho técnico de qualidade no Ministério da Educação (MEC), capaz de rastrear os problemas específicos de cada região e dar apoio às redes locais.

Os Estados e Municípios brasileiros que levam a sério a gestão educacional estão

focados nas sete medidas citadas e não em distratores ou moinhos de vento que não impactam diretamente na aprendizagem de nossas crianças. Em vez de drenar recursos em propostas sem comprovação de eficiência, é urgente colocar energia na promoção da aprendizagem cognitiva (relativa aos saberes convencionais, como Ciências e Português), claro; e também na consolidação de competências essenciais, no preparo para a vida, a cidadania e o mundo do trabalho - formação sem a qual não teremos cidadãos capazes de criar soluções criativas para nossos desafios sociais complexos.

Para isso, será preciso coragem dos tomadores de decisão para melhorar a gestão educacional, atuando em três frentes: melhorar a alocação dos recursos, melhorar a implementação das políticas e combater os desperdícios e desvios. Esses devem ser os pilares de um governo comprometido com a mudança da trajetória de milhões de meninos e meninas e, conseqüentemente, do Brasil.

E felizmente não é preciso partir do zero. Temos experiências de sucesso, como as escolas de Educação Integral em tempo integral cujo modelo começou em Pernambuco e já está em 17 Estados. Nelas, não há seleção de alunos, eles ficam na escola de sete a nove horas por dia e o custo por aluno é apenas 30% maior do que na escola regular de quatro horas diárias. O resultado é contundente: são essas as escolas cujo investimento rende os melhores indicadores no Ensino Médio brasileiro.

A responsabilidade de garantir igualdade de oportunidades e aprendizagem é imensa e o desafio, grande; mas não impossível. O primeiro passo é escolhermos as boas batalhas, e não as soluções mágicas ou simplistas. É o que o Brasil quer e o que as crianças e jovens mais precisam.

topo ↕

## UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

### Só reforma da Previdência não será suficiente, diz economista da OCDE

Governo de Jair Bolsonaro deverá fazer reformas, melhorar gastos na área social, ampliar produtividade e investimentos e favorecer a concorrência e o clima de negócios, afirma economista da organização.

O principal desafio do governo do presidente Jair Bolsonaro é fazer reformas, sobretudo a da Previdência, para "garantir a sustentabilidade das contas públicas", afirma Jens Arnold, economista da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) responsável pelas análises sobre o Brasil.

"Mas só a reforma da Previdência não será suficiente. O Brasil terá de fazer mais", disse o economista alemão em entrevista à BBC News Brasil.

O país, acrescenta Arnold, também deve direcionar melhor seus gastos na área social, investindo mais recursos no Bolsa Família para reduzir a pobreza.

Quem são os ministros do governo Bolsonaro

Transformamos pobres em consumidores e não em cidadãos, diz Mujica

Maior produtividade e mais investimentos também são fundamentais para reforçar o potencial de crescimento da economia brasileira, na avaliação da organização.

"Seria muito bom o novo governo enviar uma mensagem forte mostrando a capacidade de reformar, de melhorar algumas coisas", ressalta Arnold.

Ele afirma ainda que a equipe econômica de Bolsonaro já elaborou várias propostas sobre como melhorar a concorrência e o clima de negócios. "Só falta encontrar o consenso político para implementá-las. Se o governo puder fazer várias reformas no início do mandato será melhor", diz o economista.

Ele afirma que algumas medidas anunciadas pelo novo governo já vão na linha de sugestões feitas pela OCDE.

A seguir, as principais recomendações de políticas macroeconômicas e sociais feitas pela organização ao Brasil:

**Desvincular a aposentadoria do salário mínimo**

A reforma da Previdência brasileira é "urgente", na avaliação da OCDE, e considerada a ação prioritária que deve ser realizada pelo novo governo. "É a condição necessária para assegurar a sustentabilidade das contas fiscais", avalia Jens Arnold.

Segundo ele, a trajetória nas despesas previdenciárias causou a deterioração das contas públicas e essa tendência vai seguir se nada for feito. "É importante atuar agora para fazer uma reforma que permita assegurar a sustentabilidade da dívida pública e abrir, dessa forma, espaço para outros gastos importantes."

O sistema previdenciário do Brasil custa quase 12% do PIB, o que é considerado alto, já que a população do país é jovem, afirma a entidade. A OCDE sugere elevar a idade mínima de aposentadoria - atualmente de 56 anos para os homens e 53 anos para as mulheres -, que está "muito abaixo" da idade média de aposentadoria nos países da organização, de 66 anos para homens e mulheres.

A entidade também recomenda que o salário mínimo não seja mais considerado como piso para o valor dos benefícios previdenciários e sociais, e propõe a indexação das aposentadorias a um índice de preços ao consumidor (pela inflação), o que "preservaria o poder de compra dos aposentados e pensionistas."

Segundo a organização, o valor dos benefícios previdenciários poderia ficar abaixo do salário mínimo - fixado em R\$ 998,00 -, o que não é atualmente permitido pela Constituição. A medida precisaria ser encaminhada por emenda constitucional.

O regime de aposentadoria por capitalização (no qual o trabalhador contribui para a sua própria aposentadoria), defendido pelo presidente eleito Jair Bolsonaro, tem benefícios, na avaliação de Arnold. Segundo ele, o Brasil poderia fazer uma transição gradual e ter um sistema parcialmente capitalizado. Mas o economista alerta que esse regime não funciona se for aplicado sozinho, como única forma de aposentadoria. "Tem de haver medidas para assegurar um nível mínimo do benefício", diz.

**Ampliar o Bolsa Família**

Para a OCDE, a prioridade da agenda social no Brasil deve ser o aumento os investimentos em programas sociais para os mais pobres, como o Bolsa Família.

"O Bolsa Família funciona muito bem. É importante acelerar os gastos nesse programa para acelerar a redução da pobreza", afirma o economista da organização especializado na análise do Brasil. O programa beneficia 14 milhões de famílias e o benefício médio

recebido é de R\$ 187.

Para a entidade, o Bolsa Família também é um instrumento fundamental para proteger os mais vulneráveis, inclusive mulheres, afrodescendentes e indígenas.

A OCDE aponta que a taxa de pobreza é elevada entre crianças e jovens no Brasil, atingindo 30% da população com até 17 anos, enquanto na média dos países da OCDE ela é de cerca de 13%.

Arnold destaca que o nível de pobreza tem um componente cíclico, ligado ao crescimento econômico. Mas o governo pode agir, favorecendo a geração de empregos, fator que mais contribui para a redução da pobreza, e na melhoria da qualidade da educação, que propicia trabalhos mais bem remunerados. "O Bolsa Família é o último recurso para quem não tem acesso a isso", diz.

#### Reduzir subsídios à indústria

Para a OCDE, o Brasil deve reduzir exonerações fiscais e subsídios ao setor industrial. Nos cálculos da organização, isso representaria uma economia potencial de até 0,8% do PIB por ano. "O Brasil tem espaço para diminuir os gastos públicos. Há muita gordura para ser cortada", diz o economista Jens Arnold, se referindo aos subsídios à indústria e ao crédito. Segundo ele, isso melhoraria a eficiência dos gastos do país.

Nos cálculos da OCDE, programas voltados a segmentos do setor industrial, como eletrônicos, automotivo e modernização tecnológica, custam 4,5% do PIB por ano. A maior parte desse custo ocorre por meio de desonerações fiscais, mas também há subsídios.

A Organização Mundial do Comércio (OMC) considerou que algumas dessas medidas violaram as regras do órgão. Para a OCDE, na maioria dos casos, os benefícios fiscais ao setor industrial resultaram no aumento de preços ao consumidor, sem evidências sólidas de efeitos positivos a longo prazo.

#### Simplificação dos impostos

A reforma tributária no Brasil vem sendo recomendada há anos pela OCDE, que sugere consolidar os tributos federais e estaduais sobre o consumo em um único imposto sobre valor agregado com regras simples, seguindo o exemplo recente da Índia.

A organização critica o fragmentado sistema de impostos sobre o consumo, com ICMS diferentes para cada Estado, que elevam o custo do capital. "O principal problema é que o sistema tributário no Brasil é muito complicado. É importante simplificar", afirma Jens Arnold.

O texto aprovado em 11 de dezembro por uma comissão especial da Câmara dos Deputados vai na linha da recomendação da OCDE, unificando nove tributos no novo Imposto sobre Operações de Bens e Serviços (IBS). A proposta ainda tem de ser aprovada pelos plenários da Câmara e do Senado.

A OCDE também recomenda reformar o Simples Nacional, regime tributário diferenciado para pequenas e médias empresas, diminuindo o atual teto de faturamento de até R\$ 4,8 milhões por ano. Segundo a organização, o sistema é usado por 74% das

empresas brasileiras e representa um estímulo para que as companhias se mantenham pequenas, reduzindo a possibilidade de ganhos de produtividade.

## Integração à economia global

A maior integração do Brasil à economia global, com a redução de barreiras à importação, é considerada pela OCDE um elemento importante para que as empresas tenham acesso a equipamentos melhores e mais baratos e possam aumentar sua competitividade.

A participação do Brasil no comércio internacional é baixa e o desempenho exportador do país tem sido fraco na última década, avalia a entidade, que também critica as diversas exigências de conteúdo nacional na fabricação de produtos.

"As exportações e o crescimento poderiam ser maiores se as empresas obtivessem os melhores insumos e bens de capital no mercado internacional", afirma a organização.

Atualmente, o Brasil tem acordos bilaterais com apenas cerca de 10% do PIB mundial, enquanto o Peru e o Chile têm acordos comerciais que cobrem cerca de 70% a 80% do PIB mundial, segundo a OCDE.

Para a organização, a redução das tarifas de importação beneficiaria principalmente as famílias de baixa renda, que teriam ganhos potenciais no poder de compra com a queda nos preços dos importados.

## Aumentar a produtividade

A questão da produtividade industrial no Brasil, "estagnada nos últimos 15 anos", está ligada, na avaliação da OCDE, às barreiras comerciais impostas pelo país. "O crescimento da produtividade no país é muito fraco", diz Jens Arnold, destacando a necessidade de ampliar a concorrência em mais setores da economia.

Para a OCDE, estimular a concorrência promoverá o crescimento e a criação de empregos. E a maior parte dos setores se beneficiaria da abertura comercial.

O economista ressalta que algumas empresas, com a maior competição, podem perder participação de mercado ou mesmo encerrar atividades. Por um lado, afirma, isso permitirá que o capital e a mão de obra fluam para companhias ou setores mais produtivos, com criação de postos com salários mais altos. Mas, por outro lado, trabalhadores também podem perder o emprego e precisam ter apoio nessa fase de transição, com programas de capacitação profissional e de proteção social.

## Melhorar o ensino profissional e básico

A OCDE recomenda a ampliação do ensino profissional para reduzir lacunas na qualificação dos trabalhadores do Brasil. No país, menos de 5% dos alunos de ensino médio fazem cursos profissionais e técnicos, enquanto a média na OCDE é de mais de 25%.

"É muito importante oferecer mais cursos de ensino técnico", diz Arnold, citando o Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do governo federal. O Brasil ainda gasta pouco com programas de capacitação profissional, na comparação com países da América Latina e da OCDE.

O ensino básico também deve ser privilegiado. Segundo a OCDE, o setor público brasileiro gasta 5,4% do PIB em educação, acima da média dos países da organização e da América Latina, embora esteja entre os piores resultados dos testes de conhecimentos do PISA.

Para Arnold, há espaço para melhorar a eficiência das despesas na área, transferindo gastos com o ensino superior para o infantil, fundamental e médio. O governo Bolsonaro sinalizou que as prioridades na área serão a educação básica e a qualificação profissional. "Quanto mais jovem for a criança, maior é o rendimento no campo da educação", diz o economista da OCDE.

A organização destaca que a oferta de educação pré-escolar diminuiu significativamente a probabilidade de evasão de estudantes desfavorecidos do sistema de ensino.

**Reforçar o investimento**

O Brasil, segundo o economista da OCDE, tem uma taxa de investimento estruturalmente baixa, sobretudo em infraestrutura, que não chega a 2% do PIB, inferior a de países como Chile, Costa Rica, Paraguai e Colômbia.

A OCDE também sugere fomentar a entrada de bancos privados nos financiamentos de longo prazo, hoje concentrados no BNDES.

Para a OCDE, maiores investimentos elevariam o potencial de crescimento da economia brasileira e reforçariam o aumento da produtividade, com a possibilidade de aumentos de salários sem colocar em risco a competitividade dos produtores nacionais.

"As reformas para melhorar o clima de negócios também vão levar ao aumento de investimentos", diz Arnold.

**Restringir indicações políticas nas estatais**

A governança das empresas públicas precisa ser melhorada no Brasil, segundo a OCDE. Uma das recomendações é a restrição de indicações políticas nas estatais. "Um cargo de diretoria em uma estatal é usado como moeda de troca em negociações políticas. É pouco provável que o escolhido seja a pessoa mais qualificada para a melhor governança de uma empresa pública", ressalta Arnold.

A lei das estatais de 2016 impôs alguns limites às indicações, estabelecendo requisitos técnicos mínimos para exercer o cargo.

Segundo o economista, as privatizações - defendidas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, para reduzir a dívida pública - devem ser vistas sob a ótica de melhorar a eficiência e governança das empresas, e não sob o ângulo fiscal.

Segundo ele, o aspecto que deve ser observado é como fazer com que essas empresas sejam mais eficientes e ofereçam melhores serviços a um custo menor.

"O principal motivo para olhar as privatizações seria melhorar a eficiência dessas empresas. Seria importante fazer uma avaliação sistemática e se perguntar por que o Estado tem essa empresa: ele pode fazer melhor do que o setor privado?", afirma

Arnold, acrescentando que é necessário analisar caso por caso.

Fortalecer o crescimento verde

A OCDE destaca ainda que o desmatamento na Amazônia voltou a subir. No ano passado, atingiu o maior nível em uma década, segundo dados do governo.

A organização afirma que é necessário garantir o declínio do desmatamento, por meio da aplicação rígida das leis e de "um claro compromisso" de não redução das áreas atualmente sob proteção ambiental.

Bolsonaro fez várias críticas às áreas de proteção ambiental e já prometeu, por exemplo, rever a criação da reserva Raposa-Serra do Sol, em Roraima. Ele também prometeu flexibilizar a legislação que regula a exploração econômica de áreas preservadas.

**O GLOBO - RJ - COLUNAS**

**DESPETIZAÇÃO (06/01)**

Estão sendo estudados no Ministério da Educação novos critérios para se conceder bolsas de estudos para pós-graduação e doutorado no exterior. O critério ideológico será eliminatório. Se não passar por este, não avançará para os seguintes. Também está em discussão a possibilidade de se interromper algumas bolsas já concedidas e com alunos em plena atividade usando o mesmo critério. O problema é como fazer isso sem rasgar contratos.

topo ↕

**O LIBERAL - PA - CLAUDIO HUMBERTO**

**Esconderijo petista**

Servidores do MEC, eleitores de Bolsonaro, tentam fazer contato no Planalto. Querem contar que desde a cassação de Dilma há uma grande concentração de petistas no FNDE, o bilionário fundo nacional de educação. Foram ficando e ainda estão lá, pendurados em tetas. O interesse de petistas pelo FNDE tem a ver com o gordo orçamento do órgão, que em 2018 custou cerca de R\$ 6,5 bilhões ao contribuinte.

Olha o maná

Além do dinheiro farto, o FNDE tem capilaridade, financia Estados e municípios, e distribui recursos para merenda e transporte escolar.

Dinheiro na veia

Mas poucas coisas atraem mais petistas ao FNDE do que o Programa Dinheiro Direto na Escola. A PF deveria dar uma olhada.

Instrumento político

Além dos recursos abundantes, o FNDE é utilizado pelos políticos para “prender o rabo” de gestores municipais ávidos por recursos.

topo ↕

**O LIBERAL - PA - POLÍTICA**

**Pará tem que melhorar na educação**

No âmbito da educação, o novo governo pretende tirar o Pará do penúltimo lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) que avalia o desempenho dos alunos da educação básica e do ensino médio -. A nota das escolas paraenses foi de apenas 3,1, em uma escala que vai de zero a 10. “Temos de fazer investimento na educação. Sair do protagonismo do núcleo central da Seduc [Secretaria de Estado de Educação] e entrar nas direções das 21 regionais de ensino”, reitera o

governador. “Faremos processos seletivos de escolha dos executivos das unidades para estabelecer um novo padrão de qualidade, com planos isolados e integrados de Educação”, promete o governador. A nova secretária de Educação, Leila Freire, afirma que o plano de gestão da área ainda não está totalmente estabelecido. A justificativa é de que a equipe de governo recebeu o relatório de transição do governo passado apenas no mês de dezembro. “Não tivemos sequer 20 dias para analisar a atual situação do setor. O trabalho de conclusão da diagnose inicia agora, com o foco nos compromissos de governo para que sejam viabilizados”, explica Freire. Em relação ao pagamento do piso salarial dos professores, a secretária garante que o governo entrará em diálogo com a categoria depois de ser avaliada a real situação das finanças do Estado.

topo ↕

## O POVO - CE - REPORTAGEM

### Mudança de Rumos

A educação como direito de todos e dever do Estado tem a garantia na Constituição Federal. Em seu artigo 205, o documento afirma que a educação "será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa". Contudo, a realização desse direito ainda não é uma realidade no País.

"O contexto atual (é) de reviradas e de mudanças radicais na política nacional, em que se anunciam mudanças importantes no sentido contrário ao que se vinha implementando", explica o professor Salomão Ximenes. Docente de políticas públicas da Universidade Federal do ABC, em São Bernardo do Campo, o cearense trabalha com o tema de direito à educação e política educacional há 20 anos. Atualmente integrando a Campanha Latinoamericana pelo Direito à Educação, também participou do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O advogado elenca quatro vertentes que devem ganhar importância a partir de agora: a privatização, a ampliação da educação a distância, a militarização da educação e a "implantação de uma visão fundamentalista na educação pública", onde os expoentes são o discurso sobre ideologia de gênero e o movimento Escola Sem Partido. "Essa é a disputa central que está ocorrendo nesse momento: qual (será) a configuração regressiva da política educacional em âmbito nacional", evidencia Ximenes.

Os passos a serem trilhados a partir de hoje, primeiro dos dez anos para o centenário do O POVO, para a realização do direito à educação no País passam pelas metas do Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014, que determina 20 metas a serem alcançadas até 2024. A continuidade da expansão do acesso à escolaridade obrigatória e a garantia ao acesso com qualidade, assim como a igualdade dentro do sistema educacional devem ser os nortes da agenda.

O subfinanciamento, onde são gastos "por aluno muito menos do que seria o necessário", é o gargalo enfrentado. Problema aprofundado pela aprovação, em 2016, da Emenda Constitucional 95, na qual foi instituída um limite para os gastos em áreas primárias, como a educação. Enquanto o Plano Nacional de Educação colocava-se como um "consenso de que é necessário investir mais em educação", a emenda do teto dos gastos "revoga esse esforço nacional", ao "retirar a União" dele, critica Ximenes.

Em um cenário de diminuição dos investimentos da União, "estados e municípios têm a oportunidade de desenvolver políticas públicas que venham a implementar direitos educacionais", projeta Salomão Ximenes. Tendo como agenda prioritária a educação, o

Ceará está em bom caminho. Contudo, ainda há correções a serem feitas, como não fundamentar políticas apenas em avaliações externas e a correção da desigualdade existente entre as escolas causada pelo foco nas escolas de tempo integral.

"Não é verdade que nós não sabemos fazer educação de boa qualidade. (...) O problema é nós não conseguimos democratizar esse padrão de oferta para todo mundo em função do subfinanciamento", resume Salomão. A resistência e a preservação dos direitos educacionais colocam-se, então, como agendas urgentes.

Luana Barros

[luana.barros@opovo.com.br](mailto:luana.barros@opovo.com.br)

topo ↕

## CAFEICULTURA - TEMPO REAL

**Com possível fusão, curso de mestrado do Iapar também pode ser extinto**  
**O temor é que o curso de mestrado em Agricultura Conservacionista, criado há cinco anos no Iapar, possa ser fechado, o que traria diversos prejuízos acadêmicos e também relacionados às pesquisas da instituição.**

A fusão em uma única empresa dos serviços prestados pelo Iapar (Instituto Agrônomo do Paraná), Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), Codapar (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná) e CPRA (Centro Paranaense de Referência em Agroecologia), conforme interesse do novo governo estadual, ameaça gerar mais um prejuízo para a instituição de pesquisa sediada em Londrina.

O temor é que o curso de mestrado em Agricultura Conservacionista, criado há cinco anos no Iapar, possa ser fechado, o que traria diversos prejuízos acadêmicos e também relacionados às pesquisas da instituição. De 2015 (quando aconteceram as primeiras defesas) até ano passado, foram 44 mestres formados, mais 31 em finalização atualmente e perspectiva de outros 21 no processo seletivo de 2019.

Segundo o pesquisador do Iapar, Deoclécio Domingos Garbuglio, que até o dia 31 de dezembro respondia como coordenador do mestrado, o rearranjo organizacional que pode passar a vir de Curitiba, associado às alterações de CNPJ com a possível nova empresa criada podem influenciar na continuidade do curso. "Possíveis alterações de CNPJ podem significar para a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão que autoriza e regula os cursos de pós-graduação no País, o entendimento de que o funcionamento do mestrado estaria ligado a uma instituição que deixou de existir, não sendo possível a manutenção da autorização de funcionamento", explica ele.

Garbuglio ressalta os benefícios que o mestrado trouxe para o Iapar ao longo dos últimos cinco anos. Por exemplo, antes recursos eram despendidos pelo Tesouro Estadual para que os pesquisadores e analistas pudessem acessar artigos pagos em periódicos internacionais. Isso acabou não sendo mais necessário, já que a Capes, através de orçamento federal, autoriza acessos a essas publicações por instituições que possuam cursos Stricto sensu, caso atual do Iapar. "Além disso, como a produção científica é outro fator a ser considerado na avaliação dos projetos pela Capes, os pesquisadores atuantes no curso de mestrado passaram a ser cobrados não somente pelo Iapar, mas também externamente de forma indireta pela Capes, assim como ocorre nas

universidades e demais institutos de pesquisa estaduais e federais como IAC, ITA, Inpe, Impa, Inpa. Cabe ressaltar que todos esses institutos citados possuem cursos de mestrado e doutorado e os trabalhos desenvolvidos nesses cursos, criados em sua maioria há mais de 15 anos, passaram a impactar direta e positivamente nas instituições."

Atualmente são mais de 30 projetos de dissertação em andamento, extraídos da carteira de projetos vigentes no Iapar, ou seja, não houve qualquer aumento de despesas. "Parcerias também foram fortalecidas com diferentes universidades, como UEL, Unicentro, UEM, UEPG, Unioeste, além da criação de novas frentes com universidades de outros Estados, incluindo federais e até mesmo internacionais em países como Estados Unidos, França, Reino Unido e Alemanha, assim como outros centros de pesquisa", elenca o pesquisador.

Por fim, Garbuglio resalta que fusões desse tipo propostas pelo governo estadual que ocorreram em outras instituições culminaram, no curto espaço de tempo, na extinção delas e até em dificuldades maiores pré-fusão. "Não se trata de um processo simplório unir instituições com diferentes visões e atuações junto do agronegócio, mas ajustes e rearranjos são, de fato, necessários na máquina pública. Mudanças bruscas sem o real debate e que venham significar a descontinuidade de novas ações do Iapar e do fomento à pesquisa pública envolvendo atividades através do seu curso de mestrado poderão impactar negativamente, no médio prazo, não somente a sociedade que atua no meio rural, mas também a sociedade urbana altamente dependente do setor rural paranaense e brasileiro", finaliza.

## OUTRO LADO

O novo secretário do Estado de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, afirmou que entende que todas as atividades exercidas pelo Iapar devem continuar. "Vamos, sim, manter o curso de mestrado em Agricultura Conservacionista, que o Iapar criou mesmo sem muito suporte financeiro. Não existirá prejuízo, como andaram dizendo a respeito."

topo 

## CORREIO WEB - TEMPO REAL

**Novo presidente da Caixa, Pedro Guimarães quer reverter dívida do banco Durante o discurso, agradeceu ainda à Fundação Capes, por ter financiado os estudos dele ainda jovem**

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, afirmou, nesta segunda-feira (7/1), durante cerimônia de transferência de cargo, no Palácio do Planalto, que pretende reverter a dívida do banco nos próximos quatro anos e ressaltou os principais objetivos dele à frente do banco que, se resumem, a deixar a vida das pessoas melhor para daqui a dez anos. Durante o discurso, agradeceu ainda à Fundação **Capes**, por ter financiado os estudos dele ainda jovem.

O ministro elencou as metas para a sua gestão: "Não pode errar", "Mais Brasil menos Brasília" e "Legado". A primeira é trabalhar para acabar com a dívida do banco, com novas estratégias que serão implementadas durante o governo de Jair Bolsonaro; a segunda é visitar, nas próximas 30 semanas, todos os estados brasileiros para conhecer a opinião da população sobre o banco — a primeira região será Roraima, seguida do Amazonas; e a terceira é pensar além dos quatro anos.

“São 30 milhões de clientes, pessoas como nós. Se eu conseguir fazer o que quero, daqui a 10 anos, quero olhar para trás e ver que mudei a vida de milhões de pessoas”, disse. Emocionado, Guimarães lembrou da época da morte do pai e atribuiu à Fundação **Capes**, do Ministério da Educação, por ter financiado os estudos dele. “Eu tenho um agradecimento muito especial ao Brasil. Quando meu pai morreu, minha família não tinha dinheiro e a Fundação **Capes** que me ajudou muito. Agora quero devolver o bem ao país”, lembrou.

topo ↕

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Projeto de estudantes de Santa Catarina será testado pela Agência Espacial dos EUA

Um grupo do ensino técnico de Santa Catarina conquistou a chance de estar entre pessoas que pensam e fazem ciência em um dos melhores centros do mundo. Após vencerem um concurso com mais de 4 mil estudantes concorrentes de 175 escolas, alunos do campus Xanxerê, do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), na região oeste do estado, terão seu experimento testado pela Agência Espacial dos Estados Unidos, a Nasa. Essa é a história que você vai conhecer na edição desta sexta, 4, do programa Trilhas da Educação, produzido e transmitido pela Rádio MEC.

“Esse concurso acontece já há 12 anos entre os EUA e o Canadá”, conta Daniel Ecco, professor de matemática do Campus Xanxerê. “Todo ano, eles buscam aproximar as ciências espaciais da educação básica desses países – e, como incentivo, desenvolver alguns experimentos para serem testados na estação espacial internacional. Pelo segundo ano isso aconteceu no Brasil, que é a chamada Missão Garatêa, em parceria com a Universidade de São Paulo [USP] e com a Fundação de Apoio à Física e Química [FAFQ]”.

Com a ajuda de outros dois professores de química, Daniel coordenou um grupo de quatro alunos do ensino médio técnico integrado em informática no desenvolvimento do projeto de um filtro de barro que atua pela gravidade. Segundo Daniel, quem trouxe a proposta para o Brasil foi o engenheiro espacial Lucas Fonseca, que trabalhou para a Agência Espacial Europeia.

“Ele voltou ao Brasil e começou aqui a fazer essa aproximação com as escolas, tentar popularizar mais as ciências espaciais, que é algo distante, principalmente das escolas de ensino básico”, relata o professor. “Renata, uma das nossas alunas que é muito interessada sobre astronomia e ciências espaciais, descobriu esse concurso e conversou com mais três colegas. Eles toparam e aí, sim, me procuraram para inscrever a escola e orientá-los.”

A partir daí, os alunos começaram a estudar as regras para que pudessem participar do programa. “Foram nove semanas de estudos, [abrangendo] desde o que é a microgravidade, como funciona a estação espacial, como desenvolver o projeto, o protótipo, o que pode e o que não pode”, prossegue Daniel. A cada semana, a equipe recebia material de estudo. Chegou, enfim, a hora de desenvolver o projeto: testar como funcionaria um filtro de barro no espaço.

“Para se ter uma ideia, o equipamento filtra em torno de 700 ml por hora pela ação da gravidade”, explica o professor. “Por ser um processo lento, ele é considerado um dos melhores filtros do mundo; filtra até esgoto. A ideia da missão era desenvolver algo

para ser testado na microgravidade, dentro da estação espacial onde a gravidade é quase nula”. Os alunos quiseram testar se esse filtro também poderia funcionar na ausência total de gravidade. “Lendo um material sobre capilaridade, nós imaginamos que ele pode, sim, funcionar através dela”, informa.

Prática – Daniel Ecco detalhou como funciona o processo: “Você pega um balde de água e coloca um pano seco, metade dentro do balde e metade fora. A água vai subir pelo pano. Depois de duas ou três horas, a água vai começar a pingar fora do balde. Esse é o processo de capilaridade. Estando na estação espacial onde você não tem essa direção, se está em cima ou se está embaixo, a gente imagina que a água entrando em contato com o carvão ativado vai passar por ele e vai filtrar mesmo assim”.

No total, três experimentos foram enviados aos parceiros americanos para que selecionassem um. Para Renata Müller, de 17 anos, integrante do grupo vencedor, a notícia de que tinham sido escolhidos motivou a equipe. “Para nós foi bem impressionante e muito bom”, comemora a estudante. O filtro desenvolvido pelos alunos do campus Xanxerê será testado entre os meses de junho e julho deste ano por um astronauta da Nasa. Um outro modelo idêntico será experimentado nas mesmas condições, mas em solo. Agora, o grupo se dedica a conseguir patrocínio para ir até Washington, nos Estados Unidos, para apresentar os dados comparativos da experiência.

Assessoria de Comunicação Social - MEC (04.01.2019)

topo ↕

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Reitor do ITA, Anderson Ribeiro Correia será o presidente da CAPES

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, anunciou durante a cerimônia de transmissão de cargo, ocorrida nesta quarta-feira, 2, em Brasília, que o reitor e professor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), **Anderson Ribeiro Correia**, será o novo presidente da **CAPES**. A nomeação deve ser publicada no Diário Oficial da União nos próximos dias.

Engenheiro civil, formado pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em Engenharia de Infraestrutura Aeronáutica pelo ITA e doutor em Engenharia de Transportes pela University of Calgary, no Canadá, **Anderson Correia** é pesquisador do CNPq e assessor da **CAPES**, FAPESP E CNPq.

Editor associado da Revista Transportes e revisor de diversos periódicos nacionais e internacionais, o futuro presidente da **CAPES** ainda compõe o comitê do Transportation Research Board, dos Estados Unidos, o Conselho Deliberativo da Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes (ANPET) e o Conselho de Administração da Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo (CTCEA).

À frente da **CAPES**, **Anderson Correia** presidirá a fundação vinculada ao MEC responsável pela expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) no Brasil, por meio de concessão de bolsas e fomentos, de avaliação e acesso e divulgação da produção científica. A instituição investe na formação de recursos humanos de alto nível no País e no exterior, atua na formação de professores da educação básica e promove cooperação científica internacional.

## Histórico Profissional

**Anderson Correia** foi gerente de Operações na McLane Logistics do Brasil e superintendente de Infraestrutura Aeroportuária da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Foi Presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Transporte Aéreo e consultor em logística e transportes para a Petrobrás, Embraer, BNDES, OACI, TCU e BAA.

Também ministrou aulas em cursos especializados para o CENIPA, TCU, Infraero, Embraer, Secretaria de Aviação Civil e ANAC. **Anderson Correia** tem experiência na área de Engenharia de Transportes, com ênfase em Planejamento de Transportes, atuando principalmente em aeroportos, transporte aéreo e logística. Em 2017, recebeu a Medalha Mérito Santos Dumont, da Força Aérea Brasileira.

## Novo ministro

Durante a cerimônia de transmissão de cargo, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez ressaltou que sua gestão, além de priorizar a educação básica, estará focada em outros setores educacionais essenciais para o desenvolvimento do Brasil, como o ensino profissional tecnológico, as pesquisas científicas e de extensão e a inovação tecnológica nas escolas e universidades, bem como no aperfeiçoamento de programas que incentivem o empreendedorismo para a inserção no mercado de trabalho.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 03.01.2019

topo 

## REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

### Regulamento estabelece normas para concessão de bolsas e auxílios no exterior

A regulamentação que disciplina a concessão e o acompanhamento de bolsas no exterior foi atualizada, por meio da Portaria nº 289, publicada no Diário Oficial da União, desta quarta-feira, 02.

A medida foi tomada ao se verificar a necessidade de ajustes em pontos específicos da Portaria nº 186, de 29 de setembro de 2017, a partir da sua utilização frequente como documento de referência no desenvolvimento das atividades de acompanhamento e monitoramento de bolsistas no exterior.

A nova Portaria deixa clara uma série de terminologias utilizadas, como a diferenciação entre auxílio e bolsa, a definição de programas e de cada modalidade, períodos de pagamento e de realização dos cursos, e as proficiências exigidas.

O texto é compatível com as alterações realizadas pela Portaria nº 125/2018, tanto em relação às nomenclaturas de bolsa como às mudanças no tocante ao benefício de auxílio deslocamento que deu lugar à concessão de passagens.

## Alteração

Uma das mudanças trazida pelo documento recente é a idade mínima para ser beneficiário da bolsa ao exterior. Baixou de 21 anos para 18 anos, seguindo a maioria civil brasileira.

Outra alteração é que a carta de concessão e o termo de compromisso, que normatizavam a concessão de benefícios e as obrigações do bolsista junto à CAPES,

foram substituídos pelo termo de outorga.

## Legislação

O documento equipara a antiga portaria com a Portaria MEC 327/2018, que dispõe sobre a Política de Gestão de Bolsas do Ministério da Educação, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**, e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e dá outras providências. A portaria MEC apresenta termos gerais para definição dos objetos de fomento e a nova portaria é compatível com o que é regulamentado pelo MEC, mas deixa os termos mais detalhados e adequados à realidade da **CAPES**.

Esta nova portaria vai ao encontro do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, ao regulamentar a Lei de Inovação, Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que definiu o termo de outorga como instrumento jurídico utilizado para concessão de bolsas, de auxílios, de bônus tecnológico e de subvenção econômica.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 03.01.2019

topo ↕

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

### **Maioria no país defende educação sexual e discussão sobre política nas escolas Segundo o Datafolha, 71% são a favor de falar de assuntos políticos em sala de aula**

7.jan.2019

Brasília

Para a maior parte da população, educação sexual e assuntos políticos devem ser temas tratados nas salas de aulas do país, segundo pesquisa Datafolha. A abordagem desses dois assuntos nas escolas tem sido alvo de ataque nos últimos anos por parte de grupos conservadores e religiosos.

Desde 2014 pipocam por todo país projetos legislativos inspirados no movimento Escola sem Partido, que prevê limitar o que o professor pode falar em sala de aula e, na maioria dos casos, vetar menções a política, gênero e educação sexual.

Partidários do Escola sem Partido acusam professores de uma suposta doutrinação de esquerda, enquanto o presidente Jair Bolsonaro (PSL) catapultou sua carreira política em uma cruzada contra a abordagem do que ele e outros detratores chamam de "ideologia de gênero", expressão nunca usada por educadores.

O Datafolha ouviu 2.077 em 130 municípios nos dias 18 e 19 de dezembro. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais, para mais ou para menos.

O instituto perguntou aos brasileiros sobre os dois temas: educação sexual e discussão política em aula.

A presença de assuntos políticos nas escolas tem o maior apoio: 71% concordam, sendo que 54% apoiam totalmente. O percentual de apoio a esse tema nas escolas é maior do que a discordância em todos os recortes analisados pelo instituto, seja por idade, renda, religião e preferência partidária, por exemplo.

A aprovação por assuntos políticos nas salas de aula cresce de acordo com a escolaridade. Entre aqueles que têm ensino superior, 83% concordam com a afirmação de que esse tema deve estar presente nas escolas.

Entre os 28% dos que se opõem à discussão política nas aulas, 20% dizem discordar totalmente. Os outros 8% discordam em parte.

Já o apoio à educação sexual nas escolas alcança 54%. O endosso é maior entre as mulheres do que entre homens (56% e 52%, respectivamente), mas fica empatado na margem de erro.

Quanto maior a escolaridade, maior também a anuência com a previsão desse conteúdo. Entre aqueles com ensino superior, o percentual é de 63%.

Apesar de haver consentimento maior, a educação sexual divide mais a opinião da população. O Datafolha mostra que, enquanto 35% das pessoas concordam totalmente, os que desaprovam totalmente também somam outros 35%.

Segundo a pesquisa Datafolha, a oposição à educação sexual só é superior em dois grupos: entre os que dizem ter votado em Bolsonaro (54% discordam com a adoção do tema) e entre evangélicos (53%).

Outra pesquisa realizada pelo instituto em 2016 com pais de estudantes na cidade de São Paulo mostrou que, nesse grupo, 83% apoiavam discussões sobre sexualidade com parte do conteúdo ensinado nas escolas.

Entre os críticos da educação sexual e também da presença de assuntos políticos nas aulas há o argumento de que o papel da escola é focar no ensino dos conteúdos considerados clássicos. Por outro lado, defensores desses conteúdos entendem que a escola tem um papel mais amplo na formação de cidadãos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, define que a educação deve se vincular ao mundo do trabalho e à prática social, tendo por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania”. Já os parâmetros curriculares nacionais preveem a educação sexual nas escolas desde 1997.

Essa temática deve ser trabalhada em várias disciplinas na educação básica e é apontada por especialistas como forma de colaborar com o combate a problemas como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, violência contra mulher e homofobia.

Após pressão de conservadores e religiosos, incluindo da bancada evangélica no Congresso, o governo Michel Temer esvaziou em 2017 menções a gênero e sexualidade da Base Nacional Comum Curricular. O documento define o que os alunos devem aprender na educação básica.

O próprio Bolsonaro já disse ser contra a abordagem da sexualidade nas instituições de ensino e que a escola deve se voltar às disciplinas. “Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mamãe. Escola é lugar de aprender física, matemática, química. Fazer com que no futuro tenhamos um bom empregado, um bom patrão e um bom liberal”, afirmou em novembro.

Apontado como ideólogo do presidente eleito e das pessoas a seu redor, o escritor Olavo de Carvalho disse em entrevista à Folha que, “quanto mais educação sexual, mais putaria nas escolas”. “Está ensinando criancinha a dar a bunda, chupar pica, espremer peitinho da outra em público. Acham que educação sexual está fazendo bem, mas só está fazendo mal.”

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodriguez, foi indicado por Olavo de Carvalho. No seu discurso de posse, Vélez criticou o que chama de "ideologia de gênero" e um suposto "marxismo cultural" na educação.

## Projeto Escola sem Partido

O combate a essas abordagens ganhou relevo após o ingresso de projetos de lei. Em 2014, os filhos de Bolsonaro apresentaram as primeiras proposições para criar o projeto Escola Sem Partido no Rio de Janeiro. Flávio fez a proposta na Assembleia Legislativa, e Carlos, na Câmara.

A iniciativa impulsionou o Escola Sem Partido, movimento criado em 2004 para combater uma suposta doutrinação de esquerda dos professores.

Até novembro de 2018, havia ao menos 181 projetos de lei em Câmaras Municipais e Assembleias em todo o país com teor semelhante, segundo levantamento do Movimento Educação Democrática.

Na Câmara dos Deputados, um projeto de lei similar tramitou até dezembro, mas acabou arquivado por não ter sido votado em comissão especial que o analisava. O texto prevê que os valores familiares devem ter “precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa”.

Movimentos que se opõem a discussões sobre gênero nas escolas ganham força desde a década de 1990 em vários países do mundo. Há iniciativas em ao menos 50 países em consonância com agendas religiosas como a oposição ao aborto, ao casamento homossexual e a um suposto risco de destruição da família.

## EXEMPLOS DE ABORDAGENS SOBRE SEXUALIDADE NO ENSINO

### Rede estadual de São Paulo

Capacita educadores para atuação em temas como prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez

### Rede municipal de São Paulo

Tema é inserido em ciências, com respeito a ideias trazidas pelos estudantes a partir da cultura familiar

### Colégio Oswald de Andrade

Temas são tratados em aulas de ciência e psicologia

### Colégio Santa Maria (SP)

Projeto no 7º e 8º ano aborda tema com foco em mudanças do corpo e nos sentimentos

Colégio Graphein (SP)

Alunos têm contato com tema a partir dos 12 anos em aulas de orientação educacional

topo ↕

## AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Entenda as polêmicas sobre Escola sem Partido e gênero na educação**

**Temas já foram alvo de protestos pelo país e têm raízes religiosas**

Atualizado: 7.jan.2019

São Paulo

A discussão sobre uma suposta doutrinação ideológica nas escolas sobre questões de gênero e sexualidade, que alavancou a carreira e candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República, não é uma retórica isolada ou original, circunscrita ao contexto brasileiro. Movimentos que se opõem a discussões sobre gênero nas escolas ganham força desde a década de 1990, em mais de 50 países.

Na cerimônia em que tomou posse como ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora evangélica Damares Alves disse que "acabou a doutrinação ideológica de crianças e adolescentes no país". Já o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, afirmou que "a agressiva promoção da ideologia de gênero somou-se à temática de derrubar nossas mais claras tradições".

Entre os detratores pelo mundo, reforça-se o discurso de que há um ataque orquestrado por militantes da esquerda marxista ao conceito tradicional de família. Por outro lado, estudiosos defendem que a abordagem educacional da identidade de gênero pode colaborar com o combate a problemas como gravidez na adolescência, violência contra a mulher e homofobia.

Abaixo, veja mais sobre as polêmicas que envolvem as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas brasileiras.

O que preveem os projetos chamados de Escolas sem Partido? As propostas preveem, em geral, a "neutralidade" dos professores, limitando que os docentes exponham sua opinião nas salas de aula e também não estimulem alunos à participação política. Haveria ainda canais de reclamações para que alunos e famílias denunciem professores que estejam em desacordo com as definições da lei. Há projetos em trâmite no Congresso e em ao menos 97 Assembleias e Câmaras municipais, segundo reportagem da revista Gênero e Número. No texto em tramitação na Câmara, a abordagem de questões de gênero seria vetada.

Em que pé está o projeto na Câmara? O projeto Escola sem Partido não será mais votado neste momento na Câmara. O projeto que estava em discussão em uma comissão especial deve ser arquivado no fim dessa legislatura, em 31 de janeiro, uma vez que não haverá votação. Dessa forma, o tema só será debatido a partir de fevereiro, quando novos deputados assumem seus mandatos.

O autor do projeto ou de qualquer texto analisado em conjunto pode pedir no ano que vem o desarquivamento. O trâmite começaria do zero. A proposta, se aprovada em comissão, poderia seguir direto para o Senado, a menos que um décimo dos membros da Casa (52 deputados) apresente um recurso (e ele seja aprovado) para que seja analisada em plenário.

O que diz o projeto arquivado na Câmara dos Deputados?

Convicções do aluno e de sua família sobre educação moral, sexual e religiosa têm prevalência em relação ao que deve ser abordado na escola

O poder público não se envolverá no “processo de amadurecimento sexual dos alunos” nem permitirá nenhuma forma de “proselitismo” ou “dogmatismo” em abordagens referentes a questões de gênero

O professor não deve promover “seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas morais, políticas e partidárias”

O professor não pode, em sala, fazer “propaganda político-partidária” nem incitar os alunos a participar de atos públicos ou manifestações

Ao abordar questões políticas, socioculturais e econômicas em sala, o professor deve apresentar “de forma justa” as principais teorias e opiniões sobre o tema

Professor deve impedir a ação de alunos ou “terceiros” que busquem impedir a aplicação das normas imposta pela lei

Toda escola deve ter cartaz com deveres do professor em salas de aula, sala de professores e em outros locais do ambiente escolar. Nas instituições de educação infantil, o cartaz só precisa estar na sala dos professores

Os termos “gênero” e “orientação sexual” ficam banidos de disciplinas e do currículo escolar

De acordo com o projeto, que instituições devem seguir a lei? Escolas e universidades públicas e privadas de todas as etapas da educação (da educação infantil ao ensino superior).

E quanto às políticas públicas para a educação? O projeto diz algo sobre isso? As normas também valem para a formulação de políticas e planos educacionais, currículos e projetos pedagógicos das escolas, material didático, provas de concurso para professores e avaliações para ingresso em faculdades e universidades.

Se aprovada, a lei pode interferir nos conteúdos cobrados no Enem? Sim, já que se aplica também às avaliações de ingresso no ensino superior.

Como ficaria a situação das escolas confessionais? O projeto de lei diz que as escolas privadas confessionais poderão tratar de conteúdos religiosos, morais e ideológicos. Para isso, os pais precisarão assinar um contrato em que declaram ter ciência da linha praticada na escola. A norma também vale para instituições de “ideologias específicas”, embora não fique claro o que seria isso. Essas ressalvas se aplicam apenas à educação básica e não incluem, portanto, a educação superior.

A quem caberia julgar se o professor fez “propaganda ideológica” em sala de aula? Ainda não se sabe, já que o texto não dispõe sobre isso.

Qual o prazo para que as escolas se adaptem às novas regras, caso o projeto seja aprovado? Dois anos a partir da publicação da lei. Contudo, o projeto, mesmo que aprovado na Câmara, ainda passará pelo Senado e por sanção presidencial.

O governo Bolsonaro tomou alguma medida para limitar as discussões sobre política, gênero e sexualidade na escola?

Ao tomar posse como ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez exaltou a família, igreja e valores tradicionais e disse que a pasta vai "combater com denodo marxismo cultural" na educação. Vélez, contudo, não disse como seria o combate a essa suposta doutrinação.

Em um de seus primeiros atos como ministro, Vélez decidiu extinguir a secretaria do MEC (Ministério da Educação) responsável por ações de diversidade, como direitos humanos e relações étnico-raciais. A antiga Secadi (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) foi desmontada e em seu lugar surge a subpasta Modalidades Especializadas. Segundo a Folha apurou, a iniciativa foi uma manobra para eliminar as temáticas de direitos humanos, de educação étnico-racial e a própria palavra diversidade. A nova pasta deve continuar a articular as ações de educação especial, de jovens e adultos, educação no campo, indígena e quilombola.

Em sua posse, a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damare Alves, disse que "um dos desafios é acabar com o abuso da doutrinação ideológica", mas também não mencionou ações práticas que tomaria.

Por que abordar questões de gênero na escola seria importante? Segundo estudiosos do tema, a abordagem educacional da temática de identidade de gênero pode colaborar com o combate a problemas como gravidez na adolescência, violência contra mulher, machismo e homofobia. Essa preocupação ainda visa fomentar uma escola plural, laica e que acolha as diferenças.

Quais críticas a essa abordagem? Movimentos conservadores e religiosos denunciam um suposto estímulo a uma sexualização precoce e até mesmo uma propaganda à homossexualidade. Documentos da Igreja Católica associam essa discussão ao risco de destruição da família tradicional. Para defensores do projeto Escola sem Partido, por exemplo, a escola não poderia expor conceitos que estariam em conflito com as convicções religiosas ou morais dos estudantes ou de seus pais.

A doutrinação política é um problema nas escolas? Não há pesquisador que defenda a doutrinação partidária na sala de aula. Hoje é impossível saber se há de fato um problema de doutrinação ideológica de âmbito político nas escolas e qual seria a extensão desse problema nas mais de 186 mil escolas do país. Educadores veem no Escola sem Partido uma tentativa de censura, além de risco de limitação do papel da escola na formação de alunos críticos.

Os livros didáticos promovem doutrinação política ou sexual? As obras do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) são escolhidas por equipe do MEC e de professores de universidades públicas. Participam do edital editoras e autores de todo Brasil. A partir de uma lista ampla, os professores e secretarias definem as obras adotadas nas escolas.

“Não conheço estudo, pesquisa, embasada em dados, que traga algum tipo de número sobre reclamações contra conteúdo de livros didáticos. Os livros são usados nas escolas públicas fazem parte de um programa consolidado e que vem se aperfeiçoando bastante”, diz Silvia Panazzo, presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos.

A Justiça tem algum entendimento sobre o Escola sem Partido? Em março de 2017, o ministro Luís Roberto Barroso (STF) suspendeu, por meio de liminar, uma lei que criava o Escola sem Partido em Alagoas (no estado o texto foi batizado como Escola Livre). O ministro entendeu que as normas que regulam as diretrizes e bases da educação são de âmbito nacional, não podendo ser definida por estados. Ainda não há data para que ação será julgada no plenário.

Oito meses antes, parecer do Ministério Público Federal classificou a iniciativa como inconstitucional por, entre outras coisas, impedir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, negar a liberdade de cátedra e contrariar a laicidade do Estado (por permitir no espaço público da escola visões morais e religiosas particulares).

Questões envolvendo gênero, como gravidez na adolescência e homofobia, são problemas na escola? A Pesquisa Nacional sobre Estudantes LGBTs e o Ambiente Escolar, de 2016, indica que 73% dos jovens entre 13 e 21 anos identificados LGBTs foram agredidos verbalmente na escola em 2015 por causa da sua orientação sexual. É o maior índice entre outros cinco países da América Latina onde a mesma pesquisa foi realizada. Já a gravidez é o principal motivo de abandono escolar das meninas.

Machismo, homofobia, sexualidade e gravidez na adolescência são tratados na escola? A abordagem desses temas depende de cada escola e professor. Cerca de 60% das escolas não trabalharam em 2015 com machismo e homofobia, por exemplo, segundo questionário respondido por diretores de escolas.

Por que especialistas defendem a inclusão da temática de gênero em planos de educação e na Base Nacional Comum Curricular? A ausência da previsão dessa discussão em planos de educação e na base curricular dificultam que redes de ensino e escolas possam criar programas de formação de professores. A necessidade desse preparo, segundo docentes, é tratar na sala de aula das questões que já são levadas pelos alunos para as escolas.

topo 

## **BRASIL247 - NOTÍCIAS COM BOLSONARO, MEC TERÁ CRITÉRIO IDEOLÓGICO PARA CONCEDER BOLSAS DE ESTUDO**

O governo de Jair Bolsonaro estuda medidas no Ministério da Educação para estabelecer critérios para se conceder bolsas de estudos para pós-graduação e doutorado no exterior. "O critério ideológico será eliminatório. Se não passar por este, não avançará para os seguintes", diz um trecho da nota publicada pelo jornal O Globo deste domingo (6)

Na primeira semana do governo Bolsonaro foram dados sinais claros de que o país caminha para o fascismo. Na campanha em que integrantes do governo chamam de "despetização" estão sendo estudados critérios de perseguição ideológica em diversos

setores.

De acordo com nota publicada no jornal O Globo deste domingo (6), estão sendo estudados no Ministério da Educação novos critérios para se conceder bolsas de estudos para pós-graduação e doutorado no exterior. "O critério ideológico será eliminatório. Se não passar por este, não avançará para os seguintes", diz um trecho da nota.

Apesar da informação ser um verdadeiro escândalo, o jornal informa sem grande alarde que também está em discussão a possibilidade de se interromper algumas bolsas já concedidas e com alunos em plena atividade usando o mesmo critério. "O problema é como fazer isso sem rasgar contratos", aponta a nota.

Para a professora universitária e ex-reitora da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), a deputada federal Margarida Salomão (PT-MG), a medida demonstra que "o Brasil não é mais pra todos"

"É só pra quem reza a cartilha do governo eleito. Isso é unir o país? Não! Isso é perseguir, isso é punir a liberdade de expressão, isso é for de morte a democracia!", disse ela em sua página no Twitter.

topo ↕

## **BRASIL247 - NOTÍCIAS**

### **TEIXEIRA CRITICA "PERSEGUIÇÃO POLÍTICA INADMISSÍVEL"**

"Perseguição política inadmissível! Em nome da despetização agora se fala em estabelecer critérios ideológicos para concessão de bolsa de estudo na pós-graduação e no doutorado. Inconstitucional!", afirmou o deputado federal reeleito Paulo Teixeira (PT-SP)

O deputado federal reeleito Paulo Teixeira (PT-SP) criticou a adoção de novos critérios para a concessão de bolsas de estudo na pós-graduação e no doutorado.

"Perseguição política inadmissível! Em nome da despetização agora se fala em estabelecer critérios ideológicos para concessão de bolsa de estudo na pós-graduação e no doutorado. Inconstitucional!", disse o parlamentar no Twitter.

Segundo nota publicada no jornal O Globo deste domingo (6), "o critério ideológico será eliminatório. Se não passar por este, não avançará para os seguintes".

topo ↕

## **CARTA CAMPINAS - TEMPO REAL**

### **Governo Bolsonaro quer cortar bolsas de pós-graduação de pesquisadores com pensamento crítico**

Uma nota deste domingo, 6 de janeiro, no jornal O Globo diz que o Ministério da Educação do governo Bolsonaro está estudando uma forma de impedir que pesquisadores de pós-graduação, seja de mestrado ou doutorado, tenham pesquisas que envolva pensamento crítico. Um critério ideológico será implantado para barrar toda a pesquisa que questione a visão ideológica defendida pelo governo.

Além de impedir que qualquer pesquisa com pensamento crítico receba bolsa de estudo, o governo pretende cortar o financiamento de pesquisas em andamento.

Assim como na Inquisição, durante a Idade Média, a ideia é varrer qualquer pensamento

que não esteja afinado com o pensamento ideológico do governo. Para banir ideologicamente, sem se passar por ideológico, o governo diz que a medida é uma “despetização”.

Assim como nos piores momentos dos governos da Alemanha nazistas e da Rússia stalinista, o governo pretende eliminar os adversários ideológicos. Integrantes do governo Bolsonaro acusam qualquer crítica ao governo de “pestismo”, mesmo se a pessoa é um adversário do PT. Qualquer pensamento racional que critique o governo é chamado de pensamento petista.

topo ↕

## DCM - NOTÍCIAS

### **Governo Bolsonaro propõe retrocessos inaceitáveis na educação. Por Aloizio Mercadante**

Em menos de uma semana, o governo Bolsonaro já propõe retrocessos inaceitáveis na educação brasileira. A tentativa do estabelecimento de um filtro ideológico para a concessão de bolsas de estudos para pós-graduação e doutorado no exterior, além de inconstitucional, atenda contra a liberdade de pesquisa e acadêmica, conquistas seculares das instituições de ensino em todo o mundo, e fere o critério republicano da meritocracia como requisito para o acesso à educação.

Com tal medida, Bolsonaro e sua equipe trazem de volta ao ambiente universitário o macartismo, o autoritarismo, a patrulha ideológica e a perseguição política. Entretanto, o respeito integral à liberdade, à pluralidade de pensamentos e de ideias e ao contraditório são valores inegociáveis da nossa democracia e condições inerentes das nossas universidades.

Esse governo também escancara seu olhar elitista sobre a educação, quando uma ministra, que exala preconceito e discriminação tentando impor padrões cromáticos para meninos e meninas, ataca um programa de Estado, que permitiu uma verdadeira revolução no acesso democrático especialmente dos mais pobres às universidades: o Sisu. O fim da possibilidade de um estudante se candidatar a vaga universitária longe de onde a família mora, em condições de igualdade com qualquer outro estudante do país, seria o retorno do Brasil a um tempo em que apenas os filhos dos mais ricos tinham acesso à educação superior, seria a volta da indústria dos vestibulares e o fim do próprio Enem, que em nossos governos se tornou o caminho republicano de oportunidades.

Ao que parece, esse governo se esquece que se elegeu em razão de um Estado do Exceção Seletivo, que alijou o favorito das pesquisas da disputa, e partir de uma estratégia pesada de difusão em massa de fake news nas redes sociais, especialmente pelo WhatsApp. Um governo que não foi votado nas urnas por 89,3 milhões de brasileiros e brasileiras. Ou seja, um governo que não tem carta branca para implementar as barbaridades que vem propondo.

Em menos de uma semana, o governo Bolsonaro já propõe retrocessos inaceitáveis na educação brasileira. A tentativa do estabelecimento de um filtro ideológico para a concessão de bolsas de estudos para pós-graduação e doutorado no exterior, além de inconstitucional, atenda contra a liberdade de pesquisa e acadêmica, conquistas seculares das instituições de ensino em todo o mundo, e fere o critério republicano da meritocracia como requisito

para o acesso à educação.

Com tal medida, Bolsonaro e sua equipe trazem de volta ao ambiente universitário o macartismo, o autoritarismo, a patrulha ideológica e a perseguição política. Entretanto, o respeito integral à liberdade, à pluralidade de pensamentos e de ideias e ao contraditório são valores inegociáveis da nossa democracia e condições inerentes das nossas universidades.

Esse governo também escancara seu olhar elitista sobre a educação, quando uma ministra, que exala preconceito e discriminação tentando impor padrões cromáticos para meninos e meninas, ataca um programa de Estado, que permitiu uma verdadeira revolução no acesso democrático especialmente dos mais pobres às universidades: o Sisu. O fim da possibilidade de um estudante se candidatar a vaga universitária longe de onde a família mora, em condições de igualdade com qualquer outro estudante do país, seria o retorno do Brasil a um tempo em que apenas os filhos dos mais ricos tinham acesso à educação superior, seria a volta da indústria dos vestibulares e o fim do próprio Enem, que em nossos governos se tornou o caminho republicano de oportunidades.

Ao que parece, esse governo se esquece que se elegeu em razão de um Estado do Exceção Seletivo, que alijou o favorito das pesquisas da disputa, e partir de uma estratégia pesada de difusão em massa de fake news nas redes sociais, especialmente pelo WhatsApp. Um governo que não foi votado nas urnas por 89,3 milhões de brasileiros e brasileiras. Ou seja, um governo que não tem carta branca para implementar as barbaridades que vem propondo.

topo ↕

## **G1 - TEMPO REAL**

### **Como escolher a faculdade certa para estudar?**

#### **Veja dicas do que analisar na hora de escolher uma faculdade para cursar a sua tão sonhada graduação.**

Na rotina de um vestibulando e até mesmo durante o cursinho ou nos últimos momentos de ensino médio, são aulas, simulados e muita aflição. Qual faculdade escolher? Particular? Pública? Quais são as avaliações, estrutura, corpo docente? Neste momento tão importante procure conhecer bem o seu curso, e analisar diferentes aspectos da faculdade.

A maior parte das pessoas que ficam em uma encruzilhada sobre qual faculdade escolher, acabam tomando uma decisão por impulso e de forma emocional, principalmente, quando começa a chegar o fim do prazo das inscrições. Claramente, esta não é a melhor forma de decidir, sendo muito importante ter calma.

## **COMO FAZER A ESCOLHA CERTA**

### **1 – Estrutura e corpo docente**

Procure sempre visitar a instituição no qual você tem o interesse de estudar. Conhecer os laboratórios, as salas de atendimento e aulas, verificar se possui os equipamentos de suporte necessários ao seu curso e se o corpo docente atende as suas expectativas de ensino de acordo com a grade. Instituições compostas, em sua maior parte, por mestres e doutores, como a FacUnicamps, já tem um pontinho a mais.

## 2- Avaliação

Na hora de escolher a sua faculdade é importante analisar o que os próprios alunos da instituição dizem sobre a mesma. Analise as redes sociais, veja o que estão falando e qual é o atendimento. Veja quais são as avaliações oficiais do Ministério da Educação.

Você pode sentir que ainda está indeciso sobre qual faculdade escolher e isso é absolutamente normal. A boa notícia é que você tem muitas opções e em algumas delas as melhores faculdades, como a FacUnicamps.

A FacUnicamps segue como a melhor instituição de ensino superior particular do Estado, posição que ocupa há seis anos consecutivos. Desta forma, a faculdade, que fica no bairro de Campinas e conta com 13 cursos de graduação e 15 de pós-graduação, se firmou entre as 50 melhores faculdades do Brasil (47ª posição) e entre as 100 melhores instituições no ranking geral do País (85ª posição, dentre 2.085 instituições avaliadas). Essa avaliação é dada pelo MEC através do IGC (Índice Geral de Cursos). O índice, é fruto da média ponderada das notas de cursos de graduação, de mestrado e doutorado que em Goiás avaliou a FacUnicamps em primeiro lugar no ranking das faculdades particulares.

Além de muito bem avaliada pelo MEC, a FacUnicamps conta com uma moderna estrutura para todos os cursos. Laboratórios equipados, atendimento personalizado, corpo docente experiente e de alta performance no mercado, além de contar com diversas atividades de integração profissional para os alunos.

Visualize o seu futuro e tenha calma na hora de escolher a faculdade que vai realizar o seu sonho. Para reduzir as chances de erro, decida de forma inteligente, escolha a FacUnicamps como a próxima etapa da sua vida.

topo ↕

### **G1 - TEMPO REAL**

#### **Processo seletivo do Ifap oferta 600 vagas para 15 cursos de ensino superior pelo Sisu**

**Inscrições são pela internet e acontecem de 22 a 25 de janeiro para licenciaturas, bacharelados e tecnólogos.**

O Instituto Federal do Amapá (Ifap) divulgou edital do processo seletivo 2019. São 600 vagas para 15 cursos superiores, entre licenciaturas, bacharelados e tecnólogos. As inscrições acontecem entre 22 e 25 de janeiro, pela internet, e a forma de ingresso será pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC).

As vagas são para os campi de Macapá, Santana, Porto Grande e Laranjal do Jari. Os candidatos interessados nas vagas do Ifap devem ter realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em 2018 e obtido nota acima de 100 pontos na redação.

Veja disponibilidade de cursos por campi

Campus Curso Vagas Turno

Macapá Licenciatura em Física 40 vagas no 1º semestre Vespertino

Macapá Licenciatura em Informática 40 vagas no 1º semestre Noturno

Macapá Licenciatura em Matemática 40 vagas no 1º semestre Vespertino

Macapá Licenciatura em Química 40 vagas no 1º semestre Vespertino

Macapá Licenciatura em Letras Português-Inglês 40 vagas no 1º semestre Matutino  
Macapá Tecnologia em Alimentos 40 vagas no 1º semestre Matutino  
Macapá Tecnologia em Construção de Edifícios 40 vagas no 1º semestre Noturno  
Macapá Tecnologia em Redes de Computadores 40 vagas no 1º semestre Matutino  
Macapá Tecnologia em Mineração 40 vagas no 1º semestre Vespertino  
Laranjal do Jari Bacharelado em Administração 40 vagas no 1º semestre Matutino  
Laranjal do Jari Licenciatura em Ciências Biológicas 40 vagas no 1º semestre Matutino  
Laranjal do Jari Tecnologia em Gestão Ambiental 40 vagas no 1º semestre Matutino  
Santana Tecnologia em Comércio Exterior 40 vagas no 1º semestre Noturno  
Santana Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos 40 vagas no 1º semestre Noturno  
Porto Grande Bacharelado em Engenharia Agrônômica 40 vagas no 1º semestre Integral

Ao final da etapa de inscrição, o sistema seleciona automaticamente os candidatos mais bem classificados em cada curso, de acordo com as notas no Enem.

O Ifap ressalta que serão selecionados somente candidatos classificados dentro do número de vagas ofertadas pelo Sisu em cada curso, por modalidade de concorrência.

A cada chamada, os candidatos têm prazo para efetuar a matrícula na instituição, confirmando dessa forma a ocupação da vaga.

As vagas no instituto obedecem à lei de cotas, com 50% reservadas aos estudantes que realizaram 100% do ensino médio em escolas públicas, além das cotas para candidatos de famílias de baixa renda, afrodescendentes e indígenas.

topo ↗

## **O ANTAGONISTA - BLOG**

### **Ministro da Educação cria Secretaria da Alfabetização**

O Ministério da Educação do governo Jair Bolsonaro, comandada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez, passou a contar com a Secretaria de Alfabetização, Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação e uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

As novas secretarias são voltadas principalmente para a educação básica, promessa de campanha de Bolsonaro.